

Informações Contábeis Intermediárias

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços
S.A.

31 de março de 2020
Com Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais



ESTAPAR

31 de março de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre a revisão de informações trimestrais	1
Informações Contábeis Intermediárias	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	11

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao
Conselho de Administração e Acionistas da
Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (“Companhia”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2020 e dos efeitos retrospectivos da conversão das ações preferenciais em ordinárias e o desdobramento de ações ocorrido em 11 de fevereiro de 2020, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

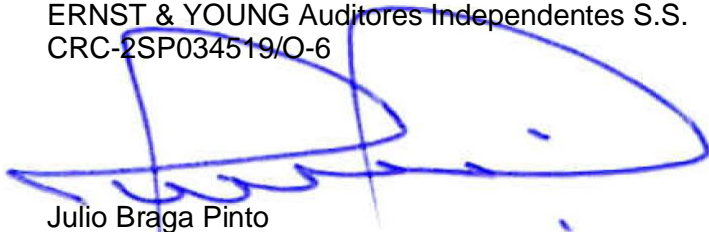
Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de junho de 2020

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Julio Braga Pinto
Contador CRC-1SP209957/O-2

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.



Balanços patrimoniais
31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	49.408	73.933	89.397	120.196
Instrumentos financeiros derivativos	13	11.386	1.660	11.386	1.660
Contas a receber	5	39.196	48.817	45.260	58.053
Impostos e contribuições a recuperar	6	42.547	26.756	48.304	32.988
Despesas antecipadas		7.404	2.661	9.597	4.341
Adiantamento a fornecedores		2.507	1.348	3.194	2.110
Adiantamento a funcionários		1.645	1.268	2.171	1.626
Adiantamento de aluguéis		313	313	327	351
Partes relacionadas ativas	19.1	7.829	12.273	21.333	26.027
Outros créditos		1.476	1.606	1.626	1.787
Total do ativo circulante		163.711	170.635	232.595	249.139
Ativo não circulante					
Impostos e contribuições a recuperar	6	27.780	42.937	38.683	54.056
Partes relacionadas ativas	19.1	245	15.354	498	484
Depósitos judiciais	20	4.627	4.947	6.206	6.487
Despesas antecipadas		2.196	1.986	2.635	2.393
Propriedade para investimento	7	14.053	14.137	14.053	14.137
Investimentos	8	252.406	247.813	22.013	23.233
Imobilizado	10	172.836	170.613	288.345	285.886
Direito de uso	9	440.552	439.291	898.223	881.290
Intangível	11	580.036	586.997	895.437	902.890
Total do ativo não circulante		1.494.731	1.524.075	2.166.093	2.170.856
Total do ativo		1.658.442	1.694.710	2.398.688	2.419.995

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Balancos patrimoniais
31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	154.353	116.376	157.070	119.049
Fornecedores		29.501	55.992	41.908	75.788
Passivo de arrendamento	14	134.245	125.879	239.892	225.244
Obrigações com o poder concedente	15	-	-	15.646	14.609
Contas a pagar por aquisição de investimentos	16	2.000	2.000	2.000	2.000
Obrigações trabalhistas	17	27.165	24.728	32.378	29.468
Obrigações tributárias		4.912	6.585	6.982	10.104
Parcelamentos fiscais	18	131	129	228	223
Adiantamento de clientes		1.455	1.393	8.639	8.436
Partes relacionadas passivas	19.2	526	642	18	24
Provisão para perda em empresas investidas	8	1.827	1.303	-	-
Outros débitos		4.117	10.150	5.995	11.969
Total do passivo circulante		360.232	345.177	510.756	496.914
Passivo não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	12	312.300	337.038	333.586	358.965
Passivo de arrendamento.	14	425.127	428.161	856.431	845.904
Fornecedores.		1.167	1.167	1.310	1.310
Obrigações com o poder concedente.	15	-	-	107.877	104.524
Contas a pagar por aquisição de investimentos.	16	3.012	2.895	3.012	2.895
Parcelamentos fiscais.	18	149	167	284	321
Partes relacionadas passivas.	19.2	-	-	18	-
Provisão para demandas judiciais	20	10.969	10.969	28.616	28.047
Total do passivo não circulante		752.724	780.397	1.331.134	1.341.966
Total do passivo		1.112.956	1.125.574	1.841.890	1.838.880
Patrimônio líquido					
Capital social	22	212.153	212.153	212.153	212.153
Reserva de capital		791.633	789.957	791.633	789.957
Prejuízos acumulados		(458.300)	(432.974)	(458.300)	(432.974)
Total do patrimônio líquido		545.486	569.136	545.486	569.136
Participação de não controladores		-	-	11.312	11.979
		545.486	569.136	556.798	581.115
Total do passivo e patrimônio líquido		1.658.442	1.694.710	2.398.688	2.419.995

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais R\$), exceto o resultado por ação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
			(reapresentado)		(reapresentado)
Receita líquida dos serviços prestados	23	183.790	195.087	243.381	251.994
Custo dos serviços prestados	24	(136.780)	(137.667)	(179.381)	(179.600)
Lucro bruto		47.010	57.420	64.000	72.394
Receita (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	24	(21.778)	(26.562)	(25.564)	(30.254)
Amortização de intangíveis		(16.212)	(13.887)	(22.435)	(18.229)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	(30)	530	(24)	534
Resultado de equivalência patrimonial	8	(13.375)	(10.819)	(1.156)	(517)
		(51.395)	(50.738)	(49.179)	(48.466)
Lucro / (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(4.385)	6.682	14.821	23.928
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	25	15.919	2.909	16.422	3.200
Despesas financeiras	25	(36.860)	(26.503)	(56.307)	(42.837)
		(20.941)	(23.594)	(39.885)	(39.637)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(25.326)	(16.912)	(25.064)	(15.709)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	21	-	-	(462)	(1.083)
		-	-	(462)	(1.083)
Prejuízo do período		(25.326)	(16.912)	(25.526)	(16.792)
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(25.326)	(16.912)	(25.326)	(16.912)
Acionistas não controladores		-	-	(200)	120
Resultado por ação					
Básico – ordinárias	26	(0,1570)	(0,1048)	(0,1570)	(0,1048)
Diluído – ordinárias	26	(0,1570)	(0,1048)	(0,1570)	(0,1048)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
Prejuízo do exercício	(25.326)	(16.912)	(25.526)	(16.792)
		(reapresentado)		(reapresentado)
Total do resultado abrangente do período	(25.326)	(16.912)	(25.526)	(16.792)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(25.326)	(16.912)	(25.326)	(16.912)
Acionistas não controladores	-	-	(200)	120
	(25.326)	(16.912)	(25.526)	(16.792)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias



Reserva de capital								
Nota	Capital social	Reservas de Capital	Plano de Ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	212.153	773.692	1.852	(389.434)	598.263	11.067	609.330	
Instrumentos outorgados	32	-	-	7.544	-	7.544	-	7.544
Dividendos		-	-	-	-	(218)	(218)	
Prejuízo do período		-	-	-	(16.912)	(16.912)	120	(16.792)
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	(16.912)	(16.912)	120	(16.792)
Saldo em 31 de março de 2019 (reapresentado)	212.153	773.692	9.396	(406.346)	588.895	10.969	599.864	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	212.153	773.692	16.265	(432.974)	569.136	11.979	581.115	
Instrumentos outorgados	32	-	-	1.676	-	1.676	-	1.676
Dividendos		-	-	-	-	(467)	(467)	
Prejuízo do período		-	-	-	(25.326)	(25.326)	(200)	(25.526)
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	(25.326)	(25.326)	(200)	(25.526)
Saldo em 31 de março de 2020	212.153	773.692	17.941	(458.300)	545.486	11.312	556.798	

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019 (reapresentado)	31/03/2020	31/03/2019 (reapresentado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.326)	(16.912)	(25.064)	(15.709)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:				
Depreciações e amortizações	21.188	17.539	30.656	24.801
Depreciações do ativo de direito de uso	17.534	16.369	28.933	26.445
Baixa de ativo imobilizado e intangíveis	41	-	41	-
(Perda) direito de uso / arrendamentos IFRS 16	(4)	(148)	(4)	(147)
Provisão para demandas judiciais	-	3.032	569	3.032
Despesas com pagamentos baseados em ações	1.298	7.544	1.298	7.544
Provisão para bônus	1.750	3.250	1.350	3.250
Resultado de equivalência patrimonial	13.375	10.819	1.156	517
Marcação a mercado de derivativos	(13.427)	(1.551)	(13.427)	(1.551)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	31	-	31
Juros provisionados	38.232	25.967	59.967	42.930
(Aumento) redução nos ativos e passivos:				
Contas a receber	9.621	(2.925)	12.793	(5.507)
Impostos e contribuições a recuperar	(267)	(2.847)	439	(3.036)
Despesas antecipadas	(4.953)	(3.131)	(5.498)	(4.570)
Adiantamento a fornecedores	(1.159)	(1.134)	(1.084)	(1.308)
Adiantamento a funcionários	(377)	(163)	(545)	(155)
Adiantamento de alugueis	-	(3.700)	24	(7.378)
Depósitos judiciais	320	(17)	281	(105)
Outros créditos	19.687	1.478	4.412	482
Fornecedores	(21.123)	482	(29.874)	4.172
Obrigações trabalhistas	2.437	4.172	2.910	4.468
Obrigações tributárias	(1.673)	(2.355)	(3.122)	(1.555)
Parcelamentos fiscais	(45)	(35)	(69)	(55)
Adiantamento de clientes	62	226	203	5.804
Outros débitos	(648)	(2.313)	(480)	(3.892)
Pagamento de bônus	(7.252)	(9.724)	(6.852)	(9.724)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(462)	(1.083)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	49.291	43.954	58.551	67.701
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:				
Aquisição de imobilizado	(7.142)	(5.936)	(10.621)	(7.676)
Dividendos recebidos	398	720	69	328
Aquisição de intangível	(14.633)	(76.266)	(14.626)	(83.685)
Aumento de capital em investidas	(17.842)	(9.664)	(5)	-
Aquisição de investimentos	117	-	741	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimentos	(39.102)	(91.146)	(24.442)	(91.033)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:				
Exercício de opções	379	-	379	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	101.749	139.382	101.749	139.382
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(99.453)	(42.068)	(100.082)	(42.630)
Pagamentos de principal e juros sobre arrendamentos	(33.180)	(28.867)	(58.595)	(46.483)
Juros pagos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.910)	(4.942)	(8.593)	(5.679)
Instrumentos financeiros derivativos	3.701	-	3.701	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	(218)
Pagamento ao poder concedente	-	-	(3.467)	(5.068)
Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades de financiamentos	(34.714)	63.505	(64.908)	39.304
Aumento / (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	(24.525)	16.313	(30.799)	15.972

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais R\$)



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	73.933	17.283 (reapresentado)	120.196	41.301 (reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	49.408	33.596	89.397	57.273

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019
(Em milhares de reais R\$)



	Controladora		Consolidado	
	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019	01/01/2020 a 31/03/2020	01/01/2019 a 31/03/2019
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receitas:	212.814	225.854	281.680	291.569
Receita dos serviços prestados	212.814	225.854	281.680	291.569
Insumos adquiridos de terceiros:	(114.268)	(126.315)	(142.227)	(156.124)
Custos dos serviços prestados	(111.763)	(123.881)	(138.549)	(152.783)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.505)	(2.434)	(3.678)	(3.341)
Valor adicionado bruto	98.546	99.539	139.453	135.445
Depreciação e amortização	(38.723)	(32.782)	(59.589)	(49.249)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia:	59.823	66.757	79.864	86.196
Valor adicionado recebido em transferência:	2.544	(7.910)	15.266	2.683
Resultado de equivalência patrimonial	(13.375)	(10.819)	(1.156)	(517)
Receitas financeiras	15.919	2.909	16.422	3.200
Valor adicionado total a distribuir	62.367	58.847	95.130	88.879
Distribuição do valor adicionado	62.367	58.847	95.130	88.879
Remuneração direta encargos				
Remuneração direta	9.420	6.915	10.788	8.180
Benefícios	1.050	957	1.256	1.185
FGTS	719	538	836	637
Imposto, taxas e contribuições				
Federais	18.532	19.788	24.495	25.677
Estatuais	409	105	622	148
Municipais	10.083	10.874	13.181	13.739
Remuneração de capitais terceiros				
Juros	36.860	26.503	56.307	42.837
Aluguéis	261	847	984	1.269
Outros	10.359	9.232	12.187	11.999
Remuneração de capitais próprios:	(25.326)	(16.912)	(25.526)	(16.792)
Prejuízos do período	(25.326)	(16.912)	(25.526)	(16.792)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

1. Contexto operacional

A Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A. (a seguir designada como “Controladora”, “Allpark”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.830, Torre III, 3º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída no ano de 1982 e possui como objetos sociais a administração, exploração e/ou controle da atividade de estacionamentos de veículos, prestação de serviços técnicos de administração, assessoria e planejamento, tudo pertinente a estacionamento de veículos, seja em imóveis próprios ou de terceiros, para empresas privadas ou públicas, inclusive em áreas especiais para estacionamento rotativo de veículos, localizadas em vias e logradouros públicos, execução de projetos, implantação e manutenção de sinalização vertical e horizontal para sistema de transporte e a participação em outras sociedades.

Em 15 de maio de 2020, a Companhia abriu seu Capital na bolsa de valores e possui ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão com o código “ALPK3” (Nota 33), reportando suas informações à Comissão de Valores Mobiliários “CVM”.

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía 684 estacionamentos (664 em 31 de março 2019) e 64 franquias (97 em 2019) localizados nas principais praças de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Tocantins, Alagoas, Sergipe Paraíba e Distrito Federal.

1.1. Impactos do COVID-19

As medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo território nacional como forma de conter a disseminação da COVID-19, diminuíram de forma relevante a circulação de pessoas em vias comuns, aeroportos, shoppings, universidades, hospitais, prédios comerciais, etc. Essa redução de circulação de pessoas teve impacto relevante nas nossas operações desde o início da pandemia, resultando em queda significativa no volume de veículos estacionados em nossas operações.

Impactos

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados ao Covid-19, com monitoramento diário da situação e das orientações das autoridades Governamentais a partir de março de 2020. Maiores informações sobre os impactos e medidas estão divulgadas na nota explicativa de eventos subsequentes nº 33.

Do ponto de vista da operação, neste momento de incertezas, a demanda e a gestão financeira estão sendo ajustadas conforme essa nova realidade. De acordo com os Ofícios Circulares nº 02/20 e nº 03/20 emitidos pela CVM e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindas dos impactos do Covid-19, revisamos nossas estimativas contábeis relacionadas abaixo e mencionamos as nossas avaliações nas respectivas notas explicativas, como também, relacionamos outras medidas que foram adotadas em razão dessa nova realidade econômica.

Estimativas	Notas
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	5
Análise de recuperabilidade do direito de uso de ativos	9
Análise de recuperabilidade dos investimentos e <i>joint ventures</i>	8
Análise de recuperabilidade do ativo imobilizado	10
Análise de recuperabilidade do ativo intangível e avaliação de <i>impairment</i> dos ativos com vida útil indeterminada	11
Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos	13
Provisão para demandas judiciais (tributárias, cíveis e trabalhistas)	20
Outras medidas	Notas
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Cláusulas restritivas (<i>Covenants</i>)	12
Impostos e contribuições a recuperar	6
Eventos subsequentes	33



Continuidade dos negócios:

Em 31 de março de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram capital circulante líquido negativo, no montante de R\$278.161, principalmente em função dos passivos de arrendamentos que passaram a ser reconhecidos após a adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16. A Companhia e suas controladas geraram fluxo de caixa positivo de R\$62.252 através de suas atividades operacionais durante o período de três meses findo em 31 de março de 2020 e, adicionalmente, conforme descrito na nota explicativa de eventos subsequentes (Nota 33.1) a Companhia adotou uma série de medidas para endereçar os efeitos decorrentes da COVID-19.

Adicionalmente, a Companhia, para suportar suas análises internas, realizou através de uma consultoria independente uma análise de continuidade dos negócios para os próximos 12 meses que considerou dentre outros fatores os impactos da COVID-19 nas operações da Companhia, utilização de linha de crédito de R\$29.200, ocorrida em abril de 2020 (Nota 33.1) para fortalecimento imediato do caixa e a captação de recursos líquidos da oferta inicial de ações, no montante de R\$ 287.240 (Nota 33.2), cujo os recursos serão integralmente destinados para fazer frente aos pagamentos parciais da outorga do contrato da Zona Azul da cidade de São Paulo (Nota 33.3). A Companhia ainda dispõe de linhas de créditos pré-aprovadas de médio a longo prazos com instituições financeiras, no montante de R\$370.000, principalmente para complementar a necessidade de desembolso de caixa frente a outorga da Zona Azul de São Paulo.

Desta forma, da Companhia entende, baseada em suas projeções, que suas operações para os próximos exercícios serão suficientes para continuarem gerando fluxo de caixa positivo e cumprir as obrigações contratuais e financeiras, incluindo aquelas com vencimentos em curto prazo.

2. Políticas contábeis

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em 25 de junho de 2020.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao período findo em 31 de março de 2020, foram preparadas de acordo com o NBC TG 21 (R4) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram aprovadas em 17 de fevereiro de 2020, Considerando o exposto, as informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2.1. Bases de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas que possuem os mesmos objetivos sociais da Companhia, cujas participações percentuais na data do balanço são assim resumidas:

Razão social	Nota	% em 31/03/2020		% em 31/12/2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Riopark Estacionamento Ltda. ("Riopark")		99,99%	-	99,99%	-
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda. ("Hora Park")		100,00%	-	100,00%	-
Saepart Soc. Adm. Empreend. Part. Ltda. ("Saepart")		99,99%	-	99,99%	-
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda. ("Capital")		99,99%	-	99,99%	-
Primeira Estacionamentos Ltda. ("Primeira")		100,00%	-	100,00%	-
Azera Parking Ltda. ("Azera")		100,00%	-	100,00%	-
Calvitium Participações S.A. ("Calvitium")		100,00%	-	100,00%	-
Autopark S.A. ("Autopark")	(a)	-	99,99%	-	99,99%
Cellopark Estacionamento Ltda. ("Cellopark")	(a)	-	100,00%	-	100,00%
Estacionamentos Cinelândia S.A. ("Cinelândia")	(a)	-	80,00%	-	80,00%
Hospital Marcelino Champagnat Ltda. ("Marcelino")		75,00%	-	75,00%	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda. ("Wellpark")		100,00%	-	100,00%	-
E.W.S Estacionamentos Salvador S.A. ("EWS")	(b)	-	100,00%	-	100,00%
Parking Tecnologia da Informação Ltda. ("Parking TI")		99,90%	-	99,90%	-
I-Park Estacionamento Inteligentes S.A. ("I-Park")	(c)	-	83,59%	-	83,59%
Loop AC Participações Ltda. ("Loop AC")		75,48%	-	75,48%	-
SCP Parque Shopping Aracajú ("Parque Aracajú")	(d)	51,00%	-	51,00%	-
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo ("Monte Carmo")	(e)	51,00%	-	51,00%	-
Praça EDG Congonhas Empreendimentos S.A.		-	100,00%	-	100,00%
Z.A. Digital de São Paulo Sistema de Estacionamento Rotativo S.A.		-	100,00%	-	100,00%

(a) Empresa controlada pela Hora Park.

(b) Empresa controlada pela Hora Park (50%) e Wellpark (50%).

(c) Empresa controlada pela Capital.

(d) SCP criada para operação no Parque Shopping Aracajú.

(e) SCP criada para operação no Shopping Monte Carmo.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos e transações com partes relacionadas, sendo receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos das respectivas transações, são eliminados na consolidação.

A Companhia não possui investimentos no exterior.

As principais informações contábeis dos investimentos acima apresentados estão divulgadas na Nota 8.

2.2. Investimento em coligadas e em joint ventures

Coligada é uma investida sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre políticas operacionais da investida, não sendo, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Joint venture é um tipo de acordo conjunto por meio do qual as partes que tenham controle conjunto sobre o acordo têm direitos aos ativos líquidos da *joint venture*. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint venture* são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

A Companhia não possui investimentos em coligadas e *joint ventures* no exterior.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e *joint venture* são reconhecidos inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido das coligadas e da *joint venture* a partir da data de aquisição.

As demonstrações do resultado refletem a participação da Companhia nos resultados operacionais das coligadas e da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no

patrimônio das coligadas e *joint venture*, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e as coligadas e *joint venture* são eliminados em proporção à participação nas coligadas e *joint venture*.

A soma da participação da Companhia nos resultados das coligadas e *joint venture* são apresentadas na demonstração do resultado, representando o resultado após os impostos e participações de não controladores nas controladas das coligada e da *joint venture*.

As informações contábeis intermediárias das coligadas e *joint ventures* são elaboradas anualmente. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas coligadas e *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas coligadas e *joint venture* sobre perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das coligadas e *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre as coligadas e *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil das coligadas e *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação serão reconhecidos no resultado.

As participações percentuais em coligadas e *joint venture* na data-base dos balanços são assim resumidas:

Razão social	Nota	% em 31/03/2020		% em 31/12/2019	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
CCN Centro de Convenções Ltda. ("CCN")	(a)	-	50,00%	-	50,00%
Loop Gestão de Pátios S.A. ("Loop")	(b)	-	49,00%	-	49,00%
Consórcio Enéas de Carvalho Ltda. ("Enéas")	(c)	-	5,60%	-	5,60%
Consórcio Trianon Park Ltda. ("Trianon")	(c)	-	5,00%	-	5,00%
Consórcio Estacionamento Centro Cívico ("Centro Cívico")	(d)	70,00%	-	70,00%	-
Consórcio Estacionamento Novo Centro ("Novo Centro")	(d)	60,00%	-	60,00%	-

(a) Joint venture da empresa Riopark.

(b) Coligada da empresa Loop AC.

(c) Empresa incorporada pela empresa Primeira durante o ano de 2017.

(d) A Companhia detém influência significativa na investida. Apesar do percentual de participação ser maior que 50%, a Companhia não possui o controle da entidade por não possuir a quantidade necessária de capital votante de acordo com o acordo de acionistas.

As principais informações contábeis dos investimentos acima apresentados estão divulgadas na Nota 8.

2.3. Reapresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, originalmente emitidas em 12 de setembro de 2019, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), para incluir em suas demonstrações dos resultados, resultados abrangentes, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2019: (i) os impactos decorrentes do Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019 - Orientação sobre aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, bem como, seus efeitos para melhor comparabilidade entre os segmentos (Nota 27), e (ii) os efeitos da conversão das ações preferenciais em ordinárias e o desdobramento de ações ocorrido em 11 de fevereiro de 2020 (Nota 22).

Os efeitos dos ajustes e reclassificações nas informações contábeis intermediárias estão apresentados a seguir:

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2019			31/03/2019		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízos acumulados	(405.338)	(1.008)	(406.346)	(405.338)	(1.008)	(406.346)
Total do patrimônio líquido	589.903	(1.008)	588.895	600.872	(1.008)	599.864

Demonstração do resultado do período e resultado por ação

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2019			31/03/2019		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(136.216)	(1.451)	(137.667)	(176.981)	(2.619)	(179.600)
Equivalência patrimonial	(10.225)	(594)	(10.819)	(517)	-	(517)
Despesas financeiras	(27.540)	1.037	(26.503)	(44.448)	1.611	(42.837)
Resultado por ação						
Básico – ordinárias	(0,7161)	0,6113	(0,1048)	(0,7161)	0,6113	(0,1048)
Diluído – ordinárias	(0,7161)	0,6113	(0,1048)	(0,7161)	0,6113	(0,1048)

Demonstração do resultado abrangente

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2019			31/03/2019		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do resultado abrangente do período	(15.904)	(1.008)	(16.912)	(15.784)	(1.008)	(16.792)

Demonstração do valor adicionado

	Controladora					
	31/03/2019					
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos dos serviços prestados	(121.164)	(2.718)	(123.881)	(148.316)	(4.467)	(152.783)
Depreciação e amortização	(34.049)	1.267	(32.782)	(51.097)	1.848	(49.249)
Resultado de equivalência patrimonial	(10.225)	(594)	(10.819)	(517)	-	(517)
Valor adicionado total a distribuir	60.891	(2.045)	58.846	91.498	(2.619)	88.879
Distribuição do valor adicionado	60.891	(2.045)	58.846	91.498	(2.619)	88.879
Juros	27.540	(1.037)	26.503	44.448	(1.611)	42.837
Prejuízos do período	(15.904)	(1.008)	(16.912)	(15.784)	(1.008)	(16.792)

Demonstração do fluxo de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/03/2019			31/03/2019		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.904)	(1.008)	(16.912)	(14.701)	(1.008)	(15.709)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa:						
Depreciação direito de uso	16.166	203	16.369	25.951	494	26.445
Resultado de equivalência patrimonial	10.225	594	10.819	517	-	517
Juros sobre passivo de arrendamento	16.854	211	17.065	30.427	514	30.941
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	43.954	-	43.954	67.701	-	67.701

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As premissas e estimativas significativas usadas na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020 foram as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	7.327	9.977	10.707	12.934
Certificado de depósito bancário (a)	41.081	62.956	77.384	104.408
Títulos de capitalização (b)	1.000	1.000	1.306	1.306
Fundo de investimento aberto (c)	-	-	-	1.548
	49.408	73.933	89.397	120.196

- (a) As aplicações em Certificado de Depósitos Bancários são atualizadas a uma taxa média de 91,14% do CDI em 31 de março de 2020 (95,72% em 31 de dezembro de 2019).
- (b) São títulos de capitalização e constituídos por um percentual do pagamento único de 93,49%, atualizada mensalmente na data de aniversário, pela taxa de remuneração básica aplicada à caderneta de poupança da data de aniversário e capitalizada à taxa de juros de 0,45% a.m., gerando o valor de resgate do título. O objetivo dos títulos são a constituição de um determinado capital, de acordo com o plano aprovado, que será pago em moeda corrente ao titular. O valor do resgate será colocado à disposição do titular em até 15 dias úteis após o término da vigência ou, ainda, após a solicitação por parte do titular no caso de resgate antecipado.
- (c) Refere-se a fundos de investimentos abertos. O objetivo dos fundos é obter uma rentabilidade que acompanhe a variação da taxa CDI com alto grau de correlação de 100,00% do CDI (100,00% em 2019). O perfil de risco do fundo é baixo e não há prazo de carência para resgate das quotas, que podem ser resgatadas a qualquer momento com o emissor, sem risco de perda substancial de rendimento no resgate.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Cientes a receber	23.516	21.941	26.616	24.469
Prestação de serviços em eventos e hóspedes	995	1.500	1.211	1.521
Convênios "Tags"	9.510	16.349	11.135	19.926
Convênio e patrocínio	1.201	1.863	1.208	1.863
Cartões de débito e crédito	1.536	5.552	2.548	8.562
Contas a receber de franqueados	2.688	1.862	2.792	1.962
	39.446	49.067	45.510	58.303
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(250)	(250)	(250)	(250)
	39.196	48.817	45.260	58.053

Em 31 de março de 2020, a análise do vencimento de saldos de contas a receber bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Controladora						
	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável				
			< 30 dias	30 - 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	> 120 dias
31/03/2020	39.446	33.856	1.028	3.736	199	238	389
31/12/2019	49.067	43.853	1.446	2.114	419	307	928

	Consolidado						
	Total	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável				
			< 30 dias	30 - 60 dias	60 - 90 dias	90 - 120 dias	> 120 dias
31/03/2020	45.510	39.017	1.507	3.964	219	279	524
31/12/2019	58.303	52.193	2.109	2.213	452	321	1.015

A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidados em dinheiro, TAGs, cartões de crédito, cartões de débitos. Opção de boletos bancários é exclusivo para mensalistas ou contratos com clientes pessoas jurídicas. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

A Administração entende que os valores em aberto serão recebidos em sua maioria, pois existem negociações específicas para cada valor em aberto. Por este motivo, a Companhia não possui saldos de provisão de perdas para estes valores. Renegociações devido a inadimplência já estão em curso e gerando resultados positivos. Mensalistas já foram notificados e com planos de pagamento pré-estabelecidos. Além disso, a Administração exerce cobrança ativa sobre eventos esporádicos.

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo no início do período	(250)	(281)
Adições	-	(250)
Baixas	-	281
Saldo no final do período	(250)	(250)

Diante do cenário atual de incertezas na economia, ocasionado pela pandemia do Covid-19 e em atendimento aos Ofícios Circulares CVM/SNC/SEP/nº 02/2020 e nº 03/2020, a Companhia revisou as variáveis que compõem a metodologia de mensuração das perdas estimadas e considera que o risco de crédito é baixo. Em 31 de março de 2020 não identificou a necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa adicional, sobre os saldos a receber.

6. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.250	3.026	4.620	3.348
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.991	7.918	9.042	9.387
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	933	799	1.323	1.340
INSS e FGTS	8.737	8.533	9.570	9.362
PIS e COFINS	48.344	49.379	62.059	63.211
Outros impostos a recuperar	72	38	373	396
	70.327	69.693	86.987	87.044
Ativo circulante	42.547	26.756	48.304	32.988
Ativo não circulante	27.780	42.937	38.683	54.056
	70.327	69.693	86.987	87.044

A Companhia avaliou a realização dos tributos a recuperar em função do Covid-19 e entendeu que os impactos são de curto prazo e não comprometem a sua recuperabilidade, visto que sua realização é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pela Companhia e suas controladas.

7. Propriedade para investimento

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial	14.137	14.474
Depreciação	(84)	(337)
Saldo final	14.053	14.137

O montante registrado como propriedade para investimento refere-se ao valor do custo de aquisição de lojas, restaurantes e cinema em um empreendimento na cidade de São Paulo (empreendimento Brascan Open Mall). Este empreendimento foi adquirido em 28 de dezembro de 2011 em conjunto com o estacionamento do local. O Empreendimento está garantindo a 9ª emissão de debêntures da Companhia conforme divulgado na Nota 12.

O valor justo dessa propriedade para investimento é de R\$42.078, segundo avaliação preparada por consultores externos na data base de 31 de dezembro de 2019. Em 31 de março de 2020, devido aos impactos do Covid-19, a Administração avaliou e não identificou necessidade de provisionamento de ativos. A hierarquia do valor justo é considerada como Nível 3.

Abaixo demonstramos o resumo das técnicas utilizadas de valorização:

Técnicas de valorização	Dados significativos não observáveis	Média 2019
Método de fluxo de caixa descontado	<ul style="list-style-type: none"> Valor do aluguel estimado anual Reajuste Taxa de crescimento da perpetuidade Taxa de desconto 	R\$ 7.016 Inflação 3,50% 10,40%

Abaixo demonstramos uma análise de sensibilidade dos valores dos ativos e os respectivos ajustes em seu valor justo, caso houvesse alterações nas taxas de descontos utilizadas para o cálculo do valor justo. Utilizamos as variações de 0,5 ponto percentual para cima e 0,5 para baixo.



Valor justo em 31/12/2019	Efeitos de variações na taxa de desconto			
	- 0,5 p.p	Efeito	+ 0,5 p.p	Efeito
42.078	43.581	1.503	40.679	(1.399)

Os valores apurados com as receitas e gastos, registrados na rubrica de "Receitas" é assim composto:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
Receita de aluguel derivada de propriedade para investimento	2.110	1.522
Gastos operacionais diretos (Incluindo reparos e manutenção) gerando aluguel	(576)	(337)
Lucro decorrente das propriedades para investimento	1.534	1.185

Os aluguéis futuros a receber decorrentes da propriedade para investimento são:

	31/03/2020
Pagamento mínimo de aluguéis:	
Dentro de um ano	5.919
De 2 a 4 anos	19.197
De 5 a 10 anos	45.045
	70.161

8. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Investimentos:				
Controladas	252.406	247.813	-	-
Coligadas	-	-	22.013	23.233
Total ativo	252.406	247.813	22.013	23.233
Passivo a descoberto de controladas:				
Controladas	(1.827)	(1.303)	-	-
Total passivo	(1.827)	(1.303)	-	-
Total investimentos	250.579	246.510	22.013	23.233

Movimentação dos investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	231.216	28.947
Equivalência patrimonial	(32.792)	(4.412)
Dividendos	(2.997)	(1.302)
Aumento de capital em investidas	51.083	-
Saldo em 31/12/2019	246.510	23.233
Equivalência patrimonial	(13.375)	(1.156)
Dividendos	(398)	(69)
Aumento de capital em investidas	17.842	5
Saldo em 31/03/2020	250.579	22.013

Informações sobre controladas e da provisão para perdas em investimentos

Controladora	Informação das controladas e coligadas (01/01 a 31/03/2020)				31/03/2020	31/12/2019	31/03/2019		
	Total do ativo	Total do passivo	Total do patrimônio	Receita líquida	Resultado do período	Saldo de investimento	Resultado de equivalência	Saldo de investimento	Resultado de equivalência
									(Reapresentado)
Capital Parking Estacionamento de Veículos Ltda.	11.398	183	11.215	358	408	11.215	(408)	11.523	(431)
Hora Park Sist. Estacionamento Rotativo Ltda.	731.644	539.967	191.677	45.376	(9.239)	186.940	(9.239)	188.923	(8.570)
Riopark Estacionamentos Ltda.	18.358	16.280	2.078	39	(19)	2.078	(19)	2.063	52
Primeira Estacionamentos Ltda.	9.173	1.145	8.028	2.115	110	8.026	110	7.817	804
Saepart Soc. Adm Empreend. Part. Ltda.	2.354	2.014	340	91	(38)	340	(38)	378	(50)
Wellpark Estacionamentos e Serviços Ltda.	32.844	9.808	23.036	4.242	(2.917)	23.036	(2.917)	17.652	(2.543)
Hospital Marcelino Champagnat Ltda.	278	206	72	729	313	72	313	66	(173)
Loop AC Participações Ltda.	19.830	-	19.830	-	(1.312)	14.972	(991)	15.963	355
SCP Estacionamento do Shopping Monte Carmo	3.650	214	3.436	726	500	1.755	255	1.500	(617)
Calvitium Participações S.A.	4.825	858	3.967	333	19	3.967	19	1.928	266
Praça EDG Congonhas	6	1	5	-	(0)	5	(0)	-	-
						252.406	(12.915)	247.813	(10.907)
Passivo a descoberto de controladas:									
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	4.953	6.160	(1.207)	-	(377)	(1.207)	(377)	(831)	-
Shopping Parque Aracajú	31	102	(71)	124	(46)	(36)	(24)	(13)	-
Azera Parking Ltda.	238	697	(459)	-	-	(459)	-	(459)	-
Shopping Parque Bahia	25	269	(244)	22	(244)	(125)	(125)	-	-
						(1.827)	(526)	(1.303)	-
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	147	147	-	199	87	-	61	-	81
Consórcio Estacionamento Novo Centro	140	140	-	54	8	-	5	-	7
						-	66	-	88
						250.579	(13.375)	246.510	(10.819)

Informação das coligadas (01.01 a 31/03/2020)

31/03/2020

31/12/2019

31/03/2019

Consolidado	Total do ativo	Total do passivo	Total do patrimônio	Receita líquida	Resultado do período	Saldo de investimento	Resultado de equivalência	Saldo de investimento	Resultado de equivalência
Consórcio CCN Centro de Convenções Ltda. (1)	3.595	99	3.496	508	16	1.748	8	1.740	72
Estacionamentos E.T.M. Curitiba S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	75
Consórcio Enéas De Carvalho Ltda.	743	72	671	1.542	1.386	415	78	329	59
Consórcio Trianon Park Ltda.	2.477	2.111	366	437	75	19	4	21	7
Loop Gestão de Pátios S.A.	39.424	24.692	14.732	3.059	(2.924)	19.831	(1.312)	21.143	(818)
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	147	147	-	199	87	-	61	-	81
Consórcio Estacionamento Novo Centro	140	140	-	54	8	-	5	-	7
						22.013	(1.156)	23.233	(517)

(1) Este investimento é classificado como empreendimento controlado em conjunto (*Joint Venture*) sendo contabilizado utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o CPC 18.

A *joint venture* não apresenta passivos contingentes ou compromissos de capital em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020, devido aos impactos do Covid-19, a Administração realizou as devidas análises quanto a recuperabilidade dos seus investimentos e *joint-ventures* e não identificou necessidade de reconhecimento de perda dos respectivos ativos. Maiores detalhes sobre as premissas utilizadas nas projeções estão descritos na nota 11.

9. Direito de uso

Em 31 de março de 2020, a Companhia possuía 292 contratos (212 em 31 de março de 2019 e 314 em 31 de dezembro de 2019) de locação de garagens firmados com terceiros, para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Alguns desses contratos preveem aluguel variável, incidente sobre a receita e valores atualizados anualmente através de índices previstos em contrato. As parcelas fixas dos contratos de aluguel, foram reconhecidas a valor presente (considerando a taxa de juros nominal incremental quando do início do contrato ou quando de sua eventual modificação de escopo) como direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia registrou segundo o regime de competência diretamente no resultado na rubrica de aluguéis, os contratos de aluguéis no período de três meses findo em 31 de março de 2020: com pagamentos contingentes, que variam de acordo com faixas e percentuais sobre o faturamento dos estacionamento, no montante de R\$50.377 (R\$61.127 no período de três meses findo em 31 de março de 2019); contratos de baixo valor (Companhia definiu contratos cujo valor do bem quando novo seja inferior a R\$20), no montante de R\$25 (R\$38 no período de três meses findo em 31 de março de 2019); e os contratos com prazo inferior a 12 meses no montante R\$13 (R\$691 no período de três meses findo em 31 de março de 2019).

A Companhia adotou a abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável.

- **Prazo:** o prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo. O prazo médio de duração dos contratos é de 1 a 30 anos. Maiores detalhes sobre o vencimento dos contratos estão apresentados na Nota 14.
- **Taxa:** a taxa de desconto utilizada para calcular o direito de uso e o passivo de arrendamento mercantil foi determinada com base em alguns dados históricos atribuíveis à Companhia e/ou diretamente observáveis do mercado. A média das taxas dos contratos é de 13,08% a.a. em 2020 e 2019. Maiores detalhes sobre as taxas praticas, vis-à-vis os prazos dos contratos estão apresentados na Nota 14.

Os pagamentos de arrendamentos são reajustados periodicamente conforme o respectivo contrato, de acordo com cláusulas contratuais de reajuste por índices de inflação. Tais remensurações são registradas na conta de direito de uso em contrapartida da rubrica de passivo de arrendamento na respectiva data base de atualização dos contratos de arrendamento dos imóveis.

As movimentações para os exercícios findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	463.944	694.083
Adições (i)	21.810	271.936
Baixas	(967)	(1.171)
Remensurações	27.654	35.999
Depreciação	(73.150)	(119.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	439.291	881.290
Adições	199	183
Baixas	(4)	(4)
Remensurações	20.167	48.389
Depreciação	(19.101)	(31.635)
Saldo em 31 de março de 2020	440.552	898.223

- (i) Aumento principalmente devido ao novo contrato relativo ao aeroporto de Congonhas firmado com a investida Hora Park em 01 de fevereiro de 2019, com vigência até 01 de fevereiro de 2039.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2020
(Em milhares de reais R\$)

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Controladora - 31/03/2020		
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	826.104	559.372
PIS/COFINS potencial (9,25%)	73.718	49.916

Consolidado - 31/03/2020		
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado valor presente
Contraprestação do arrendamento	1.883.220	1.096.323
PIS/COFINS potencial (9,25%)	170.469	99.239

Em 31 de março de 2020, a Companhia avaliou os impactos do Covid-19, e não identificou indicadores de não recuperação dos ativos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

10. Imobilizado

Valor contábil	Controladora					
	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	1.310	-	1.310	1.310	-	1.310
Imóveis	94.222	(27.266)	66.956	94.211	(26.944)	67.267
Benfeitorias em imóveis de terceiros	127.255	(77.647)	49.608	124.539	(76.081)	48.458
Máquinas e equipamentos	82.610	(43.787)	38.823	80.120	(41.957)	38.163
Móveis e utensílios	7.656	(4.463)	3.193	7.361	(4.339)	3.022
Letreiros e placas	13.545	(7.436)	6.109	12.882	(7.055)	5.827
Sistema de segurança	11.553	(6.744)	4.809	11.072	(6.433)	4.639
Outros imobilizados	23.076	(21.048)	2.028	22.626	(20.699)	1.927
Total	361.227	(188.391)	172.836	354.121	(183.508)	170.613

Valor contábil	Consolidado					
	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil líquido
Terrenos	1.310	-	1.310	1.310	-	1.310
Imóveis	131.078	(43.980)	87.098	130.287	(43.346)	86.941
Benfeitorias em imóveis de terceiros	235.323	(115.417)	119.906	231.755	(112.337)	119.418
Máquinas e equipamentos	126.291	(73.706)	52.585	123.248	(70.907)	52.341
Móveis e utensílios	9.540	(5.404)	4.136	9.140	(5.253)	3.887
Letreiros e placas	21.631	(11.370)	10.261	20.004	(10.763)	9.241
Sistema de segurança	13.197	(7.539)	5.658	12.611	(7.186)	5.425
Outros imobilizados	31.299	(23.908)	7.391	30.729	(23.406)	7.323
Total	569.669	(281.324)	288.345	559.084	(273.198)	285.886

As movimentações do imobilizado, nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

	Controladora				Saldo em 31/03/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Depreciação	
Valor contábil					
Terrenos	1.310	-	-	-	1.310
Imóveis	67.267	11	-	(322)	66.956
Benfeitorias em imóveis de terceiros	48.458	2.740	(16)	(1.574)	49.608
Máquinas e equipamentos	38.163	2.492	(2)	(1.830)	38.823
Móveis e utensílios	3.022	299	(4)	(124)	3.193
Letreiros e placas	5.827	666	(3)	(381)	6.109
Sistema de segurança	4.639	483	(1)	(312)	4.809
Outros imobilizados	1.927	451	-	(350)	2.028
Total	170.613	7.142	(26)	(4.893)	172.836

	Controladora				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Valor contábil					
Terrenos	1.310	-	-	-	1.310
Imóveis	68.445	99	-	(1.277)	67.267
Benfeitorias em imóveis de terceiros	36.862	16.927	(34)	(5.297)	48.458
Máquinas e equipamentos	35.887	8.780	(202)	(6.302)	38.163
Móveis e utensílios	2.817	671	(18)	(448)	3.022
Letreiros e placas	5.192	2.080	(10)	(1.435)	5.827
Sistema de segurança	4.054	1.769	(10)	(1.174)	4.639
Outros imobilizados	1.291	1.899	(19)	(1.244)	1.927
Total	155.858	32.225	(293)	(17.177)	170.613

	Consolidado				Saldo em 31/03/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Depreciação	
Valor contábil					
Terrenos	1.310	-	-	-	1.310
Imóveis	86.941	791	-	(634)	87.098
Benfeitorias em imóveis de terceiros	119.418	3.592	(16)	(3.088)	119.906
Máquinas e equipamentos	52.341	3.045	(2)	(2.799)	52.585
Móveis e utensílios	3.887	404	(4)	(151)	4.136
Letreiros e placas	9.241	1.630	(3)	(607)	10.261
Sistema de segurança	5.425	588	(1)	(354)	5.658
Outros imobilizados	7.323	571	-	(503)	7.391
Total	285.886	10.621	(26)	(8.136)	288.345

	Consolidado				Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Valor contábil					
Terrenos	1.310	-	-	-	1.310
Imóveis	86.198	3.219	-	(2.476)	86.941
Benfeitorias em imóveis de terceiros	108.077	22.382	(35)	(11.006)	119.418
Máquinas e equipamentos	46.634	15.623	(204)	(9.712)	52.341
Móveis e utensílios	3.442	1.001	(19)	(537)	3.887
Letreiros e placas	7.788	3.720	(18)	(2.249)	9.241
Sistema de segurança	4.647	2.120	(11)	(1.331)	5.425
Outros imobilizados	6.185	2.981	(20)	(1.823)	7.323
Total	264.281	51.046	(307)	(29.134)	285.886

A Companhia não possui compromissos contratuais advindos de aquisição de ativos imobilizados. Adicionalmente, a Companhia não possui bens do ativo imobilizado como garantia de operações efetuadas.

Em 31 de março de 2020, a Companhia avaliou os impactos do Covid-19, conforme descrito na Nota 11 inclusive fazendo testes para as Unidades Geradoras de Caixa, e não identificou a necessidade de provisionamento de ativos por perda em seus valores, nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

11. Intangível

Controladora						
	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Softwares	70.210	(41.525)	28.685	65.370	(39.284)	26.086
Fundo de comércio	542.835	(152.642)	390.193	538.543	(141.734)	396.809
Contrato de arrendamento(ii)	122.380	(76.150)	46.230	122.380	(73.378)	49.002
Contrato de concessão	10.230	(5.362)	4.868	10.230	(5.190)	5.040
Ágio	109.368	-	109.368	109.368	-	109.368
Outros	692	-	692	692	-	692
Total	855.715	(275.679)	580.036	846.583	(259.586)	586.997

Consolidado						
	31/03/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Softwares	83.110	(49.659)	33.451	77.465	(46.874)	30.591
Fundo de comércio	728.385	(184.722)	543.663	723.992	(170.821)	553.171
Contrato de arrendamento(ii)	117.963	(77.191)	40.772	117.963	(74.196)	43.767
Direito de exploração da infraestrutura concedida(iii)	181.131	(37.911)	143.220	176.029	(35.263)	140.766
Contrato de concessão	23.143	(8.573)	14.570	23.143	(8.305)	14.838
Ágio	118.464	-	118.464	118.464	-	118.464
Outros	1.417	(120)	1.297	1.413	(120)	1.293
Total	1.253.613	(358.176)	895.437	1.238.469	(335.579)	902.890

Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2020
(Em milhares de reais R\$)

As movimentações do intangível, no período findo em 31 de março de 2020 e exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

Valor contábil	Controladora					Saldo em 31/03/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências (i)	Amortização	
Softwares	26.086	4.850	(8)	-	(2.243)	28.685
Fundo de comércio	396.809	4.415	(7)	-	(11.024)	390.193
Contrato de arrendamento (ii)	49.002	-	-	-	(2.772)	46.230
Contrato de concessão	5.040	-	-	-	(172)	4.868
Ágio	109.368	-	-	-	-	109.368
Outros	692	-	-	-	-	692
Total	586.997	9.265	(15)	-	(16.211)	580.036

Valor contábil	Controladora					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências (i)	Amortização	
Softwares	18.892	15.554	(317)	-	(8.043)	26.086
Fundo de comércio	333.306	102.965	(1.050)	(186)	(38.226)	396.809
Contrato de arrendamento (ii)	60.635	-	-	173	(11.806)	49.002
Contrato de concessão	5.583	-	-	-	(543)	5.040
Ágio	109.788	-	(420)	-	-	109.368
Outros	692	-	-	-	-	692
Total	528.896	118.519	(1.787)	(13)	(58.618)	586.997

Valor contábil	Consolidado					Saldo em 31/03/2020
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências (i)	Amortização	
Softwares	30.591	5.655	(8)	-	(2.787)	33.451
Fundo de comércio	553.171	4.516	(7)	-	(14.017)	543.663
Contrato de arrendamento (ii)	43.767	-	-	-	(2.995)	40.772
Direito de exploração da infraestrutura concedida (iii)	140.766	5.102	-	(280)	(2.368)	143.220
Contrato de concessão	14.838	-	-	-	(268)	14.570
Ágio	118.464	-	-	-	-	118.464
Outros	1.293	4	-	-	-	1.297
Total	902.890	15.277	(15)	(280)	(22.435)	895.437

Valor contábil	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 01/01/2019	Adições	Baixas	Transferências (i)	Amortização	
Softwares	22.689	18.266	(318)	-	(10.046)	30.591
Fundo de comércio	471.403	131.066	(1.050)	(186)	(48.062)	553.171
Contrato de arrendamento (ii)	55.615	-	-	172	(12.020)	43.767
Direito de exploração da infraestrutura concedida (iii)	108.427	40.652	-	(708)	(7.605)	140.766
Contrato de concessão	16.438	-	-	-	(1.600)	14.838
Ágio	118.884	-	(420)	-	-	118.464
Outros	1.293	-	-	-	-	1.293
Total	794.749	189.984	(1.788)	(722)	(79.333)	902.890

- (i) Transferências efetuadas para demais contas do ativo, principalmente para a conta de ativo imobilizado.
- (ii) Contrato de arrendamento refere-se 1ª alocação do preço de compra referente a termos favoráveis nos contratos de arrendamento das empresas adquiridas Azera, Minas Park, Multivagas, Injetpark, OW, EWS e Calvítium em relação ao valor de mercado dos respectivos aluguéis quando da aquisição destas empresas.
- (iii) Em 28 de agosto de 2019, com a sub-rogação do contrato de concessão da EWS, a Companhia remensurou o passivo de obrigações com o poder concedente, vide Nota 15, em contrapartida do direito de exploração da infraestrutura concedida.



Teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de indicativos de perda de valor. A Companhia realizou o teste de recuperação dos ágios com expectativa de rentabilidade futura em 31 de dezembro de 2019 para qual não foi apresentado nenhum indicativo de perda por dedução do valor recuperável.

Devido aos impactos do COVID-19, a Companhia realizou um novo teste de recuperação dos ágios com expectativa de rentabilidade futura e concluiu que não há necessidade de registro de perdas por *impairment*, dado que o valor recuperável excedeu o valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. A Companhia alocou o ágio e efetuou os testes de recuperação do ágio alocado com base nos segmentos operacionais, vide Nota 27. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto de 10,29%a.a. Esta taxa deriva da taxa estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC Nominal). As principais premissas são em 31 de março de 2020: avaliação econômico-financeira da Companhia, um horizonte projetado compreendendo entre os períodos de abril de 2020 a dezembro de 2030, derivado de seu orçamento para os próximos dez anos, consideração do valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano com um crescimento constante nominal de 3,5% ao ano, correspondente à expectativa de inflação de longo prazo, conforme projeções divulgadas pelo Banco Central do Brasil. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

Utilizamos premissa de receita líquida dos serviços prestados com impactos estimados COVID-19, PIB + inflação para o período iniciado em 31 de março de 2020 a 2024 e de 2025 a 2030 (e perpetuidade) 0% a.a. de crescimento real + inflação.

Na premissa para os custos dos serviços prestados, consideramos 100% dos custos variáveis com receita líquida dos serviços prestados, considerando uma recuperação de margem com base em expectativa da administração sobre a margem normalizada do segmento em termos de percentual da receita operacional líquida (e compatível com o histórico do segmento).

A Companhia efetuou análise de sensibilidade do teste de recuperação do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida, aplicando a sensibilidade da taxa de desconto WACC (+/- 1%) por segmento operacional e concluiu que qualquer ajuste por *impairment* não era necessário em 31 de março de 2020.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Indexador	Taxas	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Em moeda nacional								
FINAME/ BNDES	TJLP	5,75% a.a.	15/09/2021	Alienação fiduciária + avais	-	-	9	10
FINAME/ BNDES	TJLP	5,75% a.a.	15/09/2021	Alienação fiduciária + avais	-	-	32	38
PROINFRA	Pré-fixado	11,18% a.a.	10/12/2027	Carta de fiança + conta reserva Hipoteca (45 MM) + direitos creditórios cedidos +avais	-	-	25.074	25.700
Debênture (9ª. emissão)	CDI	1,9% a.a.	09/05/2024		358.328	353.082	358.328	353.082
Capital de giro	CDI	1,59% a.a.	11/09/2020	Standby	50.160	-	50.160	-
Capital de giro	CDI	1,85% a.a.	10/03/2020	Standby	-	51.047	-	51.047
Capital de giro + Swap	CDI	1,50% a.a.	20/08/2020	Standby	62.607	-	62.607	-
Capital de giro + Swap	CDI	1,87% a.a.	07/02/2020	Standby	-	53.913	-	53.913
Custos com captação					(4.442)	(4.628)	(5.554)	(5.776)
Total					466.653	453.414	490.656	478.014
Passivo circulante					154.353	116.376	157.070	119.049
Passivo não circulante					312.300	337.038	333.586	358.965
Total					466.653	453.414	490.656	478.014

A Companhia não capitalizou no ativo imobilizado custos de empréstimos por não possuir ativos qualificáveis no período de 31 de março de 2020 e exercício encerrados.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures, encontra-se abaixo:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2018	282.490	309.205
Contratação	534.144	534.144
Pagamento do principal	(372.889)	(375.323)
Pagamento de juros	(29.459)	(32.353)
Apropriação de juros	32.640	34.778
Variação cambial	4.155	4.155
Comissões	2.333	3.408
Em 31 de dezembro de 2019	453.414	478.014
Contratação	101.749	101.749
Pagamento do principal	(99.453)	(100.082)
Pagamento de juros	(7.910)	(8.593)
Apropriação de juros	6.554	7.233
Variação cambial	12.001	12.001
Comissões	298	334
Em 31 de março de 2020	466.653	490.656

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui em aberto operações de *swap* para conversão de empréstimos efetuados em moeda estrangeira para dívida em CDI.

As debêntures emitidas possuem as seguintes características:

	6ª emissão	7ª emissão	9ª emissão
Emissão:	14.280	26.000	350.000
Valor total:	142.800	260.000	350.000
Séries:	Única	Única	Única
Classe e conversibilidade:	Não conversíveis em ações da Companhia	Não conversíveis em ações da Companhia	Não conversíveis em ações da Companhia
Garantia:	Sim (Imóvel hipotecado no valor de R\$43.000).	Direitos creditórios cedidos	Imóvel hipotecado no valor de R\$45.000 e direitos creditórios cedidos (Nota 8)
Data de emissão:	09/06/2014	25/06/2015	09/05/2019
Data de vencimento	09/06/2019	25/06/2020	09/05/2024
Cláusulas restritivas:	Sim	Sim	Sim
Data liquidação:	09/05/2019	09/05/2019	-

Em 09 de maio de 2019 a Companhia efetuou a captação da 9ª emissão de debêntures no valor total de R\$350.000, conforme detalhado no quadro anterior. Com a captação, foram liquidadas antecipadamente as obrigações relativas à 6ª e 7ª emissão, bem como demais contratos de empréstimos, uma vez que o custo da dívida da 9ª emissão é inferior. A Companhia liquidou entre os meses de maio e junho de 2019 os valores do principal e juros da 6ª e 7ª emissão no montante de R\$181.257 líquido dos seus respectivos gastos de emissão. O valor remanescente do recurso captado será destinado a operação. Os custos com captação das debêntures da 9ª emissão de debêntures em 31 de março de 2020 totalizaram R\$4.368 (controladora e consolidado), os quais foram alocados como redutores dos saldos a liquidar das debêntures, e são apropriados mensalmente no resultado, ao longo do fluxo do vencimento pró-rata dia, de acordo com a taxa efetiva de juros.

As debêntures da 9ª emissão estão condicionadas às seguintes cláusulas restritivas (“Covenants”), avaliadas anualmente, sendo a verificação com a data base de 31 de dezembro de cada exercício:

- (a) Dívida Líquida / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,0;
- (b) Dívida Líquida / Patrimônio Líquido igual ou inferior a 3,0;
- (c) EBITDA ajustado / Despesa financeira igual ou superior a 1,0.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se adimplente com as condições estipuladas na debenture da 9ª emissão.

Exceto pelas debêntures demonstradas no quadro acima, os empréstimos não possuem garantias reais.

A parcela não circulante em 31 de março de 2020 possui os seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2021	73.164	74.949
2022	98.950	101.698
2023	98.950	101.925
2024	41.237	44.432
2025	-	3.401
2026 a 2027	-	7.181
	312.300	333.586

13. Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Derivativos "swap" de câmbio (a)	11.386	1.660	11.386	1.660
	11.386	1.660	11.386	1.660

- (a) Instrumentos financeiros derivativos para proteção do risco câmbio.

A Companhia classifica os instrumentos financeiros derivativos em derivativos do tipo “swap” contratados para proteger o risco cambial dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira. A Companhia não aplica a contabilidade de hedge “Hedge Accounting”.



Consolidado	Valor principal							
	Valor principal (Notional)		Valor da curva		Valor justo		Ganho / (Perda) MTM	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ponta ativa:								
Posição comprado dólar	51.854	49.453	63.457	52.737	52.071	51.077	11.386	1.660
Ponta passiva:								
Posição vendida no CDI	(51.854)	(49.453)	(62.637)	(53.940)	(62.637)	(53.940)	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>820</u>	<u>(1.203)</u>	<u>(10.566)</u>	<u>(2.863)</u>	<u>11.386</u>	<u>1.660</u>

As operações de *swap* financeiro consistem na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Com relação aos impactos do Covid-19, a Administração avaliou e concluiu que as oscilações futuras dos indexadores do CDI e do Dólar já estão capturadas na metodologia de cálculo da mensuração dos valores justos dos instrumentos financeiros refletidas nas posições patrimoniais de ativos e passivos financeiros.

14. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento atrelado ao direito de uso dos contratos de aluguéis está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	564.527	851.441
Adições	19.480	269.606
Baixas	(1.306)	(1.505)
Remensurações	27.654	35.999
Pagamentos	(129.181)	(222.915)
Juros incorridos	72.866	138.522
Saldo em 31 de dezembro de 2019	554.040	1.071.148
Adições	208	185
Baixas	(5)	(5)
Remensurações	20.167	48.389
Pagamentos	(33.180)	(58.595)
Juros incorridos	18.142	35.201
Saldo em 31 de março de 2020	559.372	1.096.323
Circulante	134.245	239.892
Não circulante	425.127	856.431



A Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com o saldo de 31 de março de 2020:

Ano	Controladora	Consolidado
2021	128.930	229.319
2022	121.387	220.211
2023	113.969	211.801
2024	109.903	206.349
2025	107.605	185.646
Mais de 5 anos	144.831	651.879
Total valores não descontados	726.625	1.705.205
Juros embutidos	(301.498)	(848.774)
Saldo passivo de arrendamento	425.127	856.431

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito), taxa nominal. Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto aos títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratos	Taxa % a.a.
4 anos	12%
5 anos	14%
6 anos	16%
Mais de 7 anos	13%

A Administração avaliou possíveis impactos do Covid-19 e concluiu que as oscilações futuras dos indexadores econômicos (IPCA, IGPM, entre outros), não afetaram a definição da taxa de desconto, pois as aberturas de novas operações do trimestre foram anteriores aos acontecimentos do Covid-19.

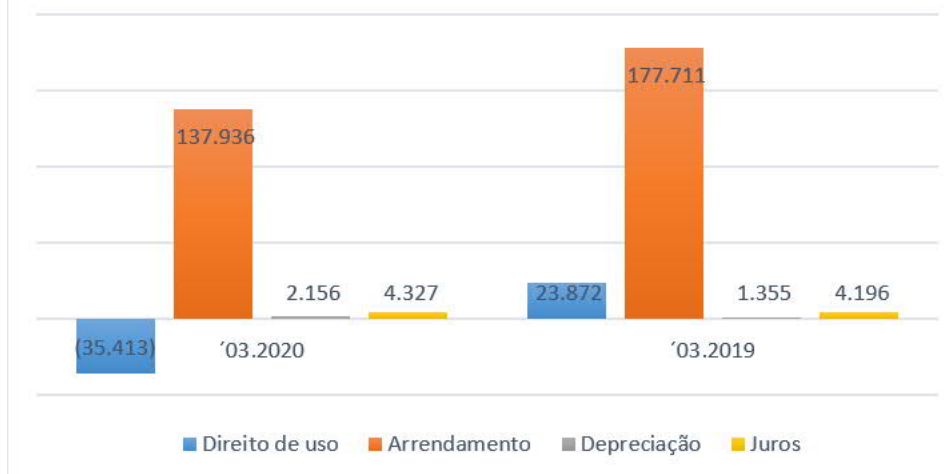
Informações adicionais

A Companhia em plena conformidade com a IFRS 16 / CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso e conseqüente registro contábil, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontando pela taxa de juros nominal sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

Conforme requerido pelo Ofício Circular CVM nº 2/2019, se efetuada a mensuração pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. A Companhia demonstra abaixo os efeitos líquidos dos acréscimos e decréscimos aos saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso e despesa de depreciação do direito de uso Nota 9, e da despesa financeira Nota 25 dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 2019.



Impacto taxa nominal x fluxo real



As taxas de juros nominais refletem as taxas utilizadas para o cálculo e registro contábil do IFRS 16/CPC 06 (R2) arrendamento mercantil determinadas quando do início do arrendamento. Adicionalmente, como premissa, para determinação dos fluxos de caixa futuros contratuais incorporando a inflação esperada foram utilizadas cotações futuras de mercado obtidas através na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para os indexadores de inflação constante em nossos contratos de arrendamento, tais como o IPCA e o IGPM. As curvas de inflação foram obtidas quando do início dos contratos e a cada data base de reajuste considerando o prazo contratual remanescente.

15. Obrigações com o poder concedente

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Parcelas fixas	123.523	119.133
	123.523	119.133
Passivo circulante	15.646	14.609
Passivo não circulante	107.877	104.524
Total	123.523	119.133

Em 28 de agosto de 2019, a controlada E.W.S. Estacionamentos Salvador S.A., celebrou o Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Uso de Área do Complexo Aeroportuário, decorrente da sub-rogação do contrato relativo ao Aeroporto Internacional de Salvador, anteriormente firmado com a Infraero. Com isso, o contrato de concessão celebrado em 28 de julho de 2017 não está mais em vigor, sendo substituído pelo contrato assinado em 28 de agosto de 2019.

O referido contrato mantém o escopo anterior de exploração da área aeroportuária, exceto pela exploração da atividade de publicidade que não será mais explorada pela Companhia, com parcelas a serem pagas ao novo administrador (Concessionária do Aeroporto de Salvador) mensuradas mensalmente sobre valores fixos e variáveis, mantendo o mesmo prazo contratual (até 2033). Em 31 de março de 2020, restam 163 parcelas a vencer.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado
2021	10.165
2022	12.534
2023	11.462
2024	10.479
2025 a 2033	63.237
	107.877

Com a sub-rogação do contrato, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou remensuração do saldo registrado na rubrica de obrigações com o poder concedente no montante de R\$40.651 com contrapartida no ativo intangível de direito exploração da infraestrutura concedida, vide nota 11.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Saldo inicial:	119.133	84.138
Adição	-	-
Varição monetária sobre as obrigações com o poder concedente	2.756	10.615
Pagamento principal e atualização	(3.467)	(16.271)
Remensuração	5.102	40.651
Saldo final:	123.524	119.133

16. Contas a pagar por aquisição de investimentos

	Indexador	Controladora e Consolidado	
		31/03/2020	31/12/2019
Contraprestação com sócios	IPCA	2.000	2.000
Contraprestação com sócios	IGP-M	3.012	2.895
		5.012	4.895
Passivo circulante		2.000	2.000
Passivo não circulante		3.012	2.895
Total		5.012	4.895

Referem-se às obrigações por aquisição de investimentos. Tais obrigações tiveram atualização conforme seus indicadores contratuais (IPCA/IGP-M) no montante de R\$117 em 31 de março de 2020 (R\$27 em 2019), os quais foram apropriados no resultado do exercício na conta de despesas financeiras.

17. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
INSS e FGTS a recolher	4.144	5.044	5.012	5.972
Provisões trabalhistas	23.021	19.684	27.366	23.496
	27.165	24.728	32.378	29.468

18. Parcelamento fiscais

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui parcelamentos municipais e federais conforme apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Parcelamento Municipal - PPI/PAT/IPTU/TAXAS/MULTA	205	214	287	295
Parcelamento Federal - RFB/PGFN - Pis/Cofins/multa GFIP	75	82	225	249
	280	296	512	544
Circulante	131	129	228	223
Não circulante	149	167	284	321

19. Partes relacionadas

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto, coligadas e acionistas celebram entre si, no curso normal de seus negócios, operações financeiras e comerciais. Estas operações incluem especialmente a disponibilização de recursos financeiros para os estacionamento na forma de adiantamentos para aumento de capital, contrato de mútuo e conta corrente com a finalidade de capital de giro normalmente para cobertura pontual de fluxo de caixa cuja regularização não excede 30 dias. As transações comerciais referem-se basicamente ao aluguel de alguns estacionamento com sua parte relacionada Carmo Couri.

As operações entre as empresas referentes às contas a receber e às contas a pagar são efetuadas em condições pactuadas entre as partes e compreendem operações para cobertura de fluxo de caixa diário das empresas, sem incidência de juros, tais como seguros, uniformes e rateios administrativos.

A Companhia não possui operação de compra e venda de serviços entre as empresas.

19.1. Ativo

Controladora

Consolidado



	31/03/2020		31/12/2019		31/03/2020		31/12/2019	
Ativo circulante:								
Calvitium Participações S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
Capital Parking Estacionamentos Ltda.	32	12	-	-	-	-	-	-
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	38	28	-	-	-	-	-	-
Ews Estacionamento Salvador S.A.	74	-	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Cinelândia S.A.	97	52	-	-	-	-	-	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	103	34	-	-	-	-	-	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	109	-	-	-	-	-	-	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda.	164	4	-	-	-	-	-	-
Hora Park Sistema Estacionamentos Rotativos Ltda.	421	725	-	-	-	-	-	-
Saepart Soc. de Adm. Emp. e Part. Ltda.	616	665	-	-	-	-	-	-
Azera Parking Ltda.	693	693	-	-	-	-	-	-
Consórcio Estacionamento Centro Cívico	41	11	41	11	41	11	41	11
Consórcio Estacionamento Novo Centro	116	127	116	127	116	127	116	127
Estacionamento Shopping São Bernardo Plaza	-	1	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Hospital Marcelino Champagnat	27	109	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Edifício Comercial Ahead	43	61	43	61	43	61	43	61
Estacionamento Shopping Monte Carmo	54	99	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Shopping Parque Aracajú	76	227	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Shopping Bay Market Center	129	131	129	131	129	131	129	131
Estacionamento Shopping Parque Bahia	237	-	-	-	-	-	-	-
Estacionamento do Mogi Shopping	325	521	325	521	325	521	325	521
Estacionamento Shopping Bourbon Pompéia	623	2.819	623	2.819	623	2.819	623	2.819
Contas a receber – sócios (i)	3.808	5.850	20.056	22.356	20.056	22.356	20.056	22.356
Outros	-	104	-	1	-	1	-	1
	7.829	12.273	21.333	26.027	21.333	26.027	21.333	26.027
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativo não circulante:								
Ews Estacionamento Salvador S.A. (ii)	-	15.127	-	-	-	-	-	-
Outros	245	227	498	484	498	484	498	484
	245	15.354	498	484	498	484	498	484

19.2. Passivo

	31/03/2020		31/12/2019		31/03/2020		31/12/2019	
Passivo circulante:								
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	-	30	-	-	-	-	-	-
Calvitium Participações S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
Autopark S.A.	4	-	-	-	-	-	-	-
Parking Tecnologia da Informação Ltda.	5	-	-	-	-	-	-	-
Capital Parking Estacionamentos Ltda.	5	5	-	-	-	-	-	-
Ews Estacionamento Salvador S.A.	6	-	-	-	-	-	-	-
Loop Gestão de Pátios S.A.	7	7	7	7	7	7	7	7
I-park Estacionamentos Inteligentes S.A.	8	-	-	-	-	-	-	-
Saepart Soc. de Adm. Emp. e Part. Ltda.	48	42	-	-	-	-	-	-
Primeira Estacionamentos Ltda.	97	103	-	-	-	-	-	-
Hora Park Sistema Estacionamentos Rotativos Ltda.	109	131	-	-	-	-	-	-
Wellpark Estacionamento e Serviços Ltda.	219	213	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Cinelândia S.A.	9	11	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Shopping Monte Carmo	-	56	-	-	-	-	-	-
Estacionamento do Mogi Shopping	1	-	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Hospital Marcelino Champagnat	1	-	-	-	-	-	-	-
Estacionamento Shopping Bourbon Pompéia	3	11	3	11	3	11	3	11
Outros	1	33	8	6	8	6	8	6
	526	642	18	24	18	24	18	24
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Passivo não circulante:								
Riopark Estacionamentos e Garagens Ltda.	-	-	18	-	18	-	18	-
	-	-	18	-	18	-	18	-

- (i) Valores indenizatórios a receber dos sócios antecessores de empresas adquiridas relacionados a processos judiciais.
(ii) Em 21 de janeiro de 2020, a Companhia liquidou o contrato de mútuo com a controlada EWS Estacionamento Salvador S.A. celebrado em 01 de outubro de 2013, com o objetivo de fluxo de caixa para financiar a operação do Aeroporto de Salvador.

Aluguel e fundo de comércio

A seguir demonstramos os valores pagos a título de aluguel e fundo de comércio durante o período findo em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/12/2019
Aluguéis pagos	241	6.080
Total	241	6.080

Adicionalmente, os aluguéis pagos à Carmo Couri Engenharia e Construções Ltda., referem-se a 4 (quatro) contratos de locação, sem carência, com pagamentos de parcelas fixas e variáveis (percentual sobre o faturamento dos estacionamentos), as quais estão formalizadas nas mesmas condições de contratos de locação semelhantes e equivalentes a outras operações na região onde está localizada esta operação.

Transações com pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração compreende o presidente e os diretores.

A Companhia não tem a prática de conceder benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo.

A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração, que inclui bônus de retenção do exercício, foi de R\$3.623 em 31 de março de 2020 (R\$4.191 em 31 de março de 2019), e são considerados benefícios de curto prazo. Em 31 de março de 2020, a despesa relacionada ao plano de ações (*stock options*) foi de R\$1.297 (R\$7.544 em 31 de março de 2019).

20. Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos de natureza cível, trabalhista e fiscal. As provisões para as eventuais perdas prováveis decorrentes destas ações e procedimentos são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião dos assessores legais externos.

Para as contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia registrou provisões para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia matinha as seguintes provisões, correspondentes a ações judiciais e procedimentos administrativos cujo risco de perda foi considerado provável (para causas trabalhistas probabilidade de perda provável e possível), como abaixo resumido:

	Controladora				Consolidado			
	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	184	5.751	2.002	7.937	294	6.229	13.322	19.845

Adições	-	3.032	-	3.032	-	3.032	5.169	8.202
Baixas (pagamento)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	184	8.783	2.002	10.969	294	9.262	18.491	28.047
Adições	-	-	-	-	-	-	569	569
Baixas (pagamento)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	140	(1.236)	1.096	-	30	(857)	827	-
Saldo em 31 de março de 2020	324	7.547	3.098	10.969	324	8.405	19.887	28.616

A natureza das principais causas provisionadas pela Companhia são:

Trabalhistas: A Companhia e investidas reconhecem sua provisão para demandas judiciais trabalhistas com base no percentual médio histórico de perda dos últimos 3 anos sobre a melhor estimativa de valores sobre os processos em aberto. Os processos estão relacionados com hora extras, verbas rescisórias, entre outros.

Cíveis: A principal causa cível com probabilidade de perda provável, no montante de R\$16.111, trata-se de execução por título extrajudicial proposto pela Infraero, em 26 de julho de 2005, com o objetivo de cobrar valores relativos ao contrato de concessão de exploração do estacionamento no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão. A mesma causa possui desmembramento de perda possível.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza cível e fiscal que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Companhia e por seus assessores legais externos como possível. No Consolidado, as contingências passivas com probabilidade de perda possível, estão assim representadas:

	31/03/2020
Processos cíveis	29.201
Processos fiscais	15.303
	<u>44.504</u>

Processos cíveis: A principal causa cível com probabilidade de perda possível, no montante de R\$18.025, trata-se de execução por título extrajudicial proposto pela Infraero, em 26 de julho de 2005, com o objetivo de cobrar valores relativos ao contrato de concessão de exploração do estacionamento no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Galeão.

Processos fiscais: As principais causas com probabilidade de perda possível são: i) execução fiscal proposta pelo Município de Santo André, com objetivo de cobrar valores supostamente devidos a título de Imposto Sobre Serviço (ISS) no período de agosto/2011 a junho/2014 no montante de R\$3.844; ii) cancelamento de IPTU do período de 2011 a 2014 no Aeroporto Santos Dumont no montante de R\$5.685.

A Administração da Companhia, avaliou os impactos da Covid-19 e concluiu que não há fatores que indiquem a necessidade de incremento relevante de suas provisões tributárias, cíveis e trabalhistas.

Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais.

	Controladora				Consolidado			
	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total	Tributária	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	561	2.551	759	3.871	561	3.416	1.237	5.214
Adições (depósitos)	-	1.032	681	1.713	-	1.277	709	1.987
Desfecho desfavorável	(55)	(61)	(234)	(350)	(55)	(61)	(248)	(366)
Desfecho favorável	-	(287)	-	(287)	-	(333)	(16)	(349)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	506	3.235	1.206	4.947	506	4.299	1.682	6.487
Adições (depósitos)	101	(853)	905	153	101	(763)	854	192
Desfecho desfavorável	-	-	(22)	(22)	-	-	(22)	(22)
Desfecho favorável	-	-	(451)	(451)	-	-	(451)	(451)
Saldo em 31 de março de 2020	607	2.382	1.638	4.627	607	3.536	2.063	6.206

21. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal nos períodos findos em 31 de março de 2020 e 2019:



	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(25.326)	(16.912)	(25.064)	(15.709)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal - 34%	8.611	5.750	8.522	5.341
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(4.547)	(1.153)	(393)	1.009
Impacto fiscal gerado pelas SCP's	52	146	24	24
Outras diferenças permanentes	(1.009)	(2.803)	(1.002)	(615)
Diferenças temporárias:				
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias - exercícios anteriores	-	1.416	(225)	2.888
Prejuízo fiscal não reconhecido no período (Reversão) / Provisão para realização do diferido	(7.979)	(2.203)	(10.795)	711
Despesa com imposto de renda e contribuição social	4.872	(1.153)	3.407	(10.441)
	-	-	(462)	(1.083)
Corrente	-	-	(462)	(1.083)
Diferido	-	-	-	-
	-	-	(462)	(1.083)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de março de 2020, os prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia (controladora) totalizavam aproximadamente R\$362.914 (R\$350.878 em 31 de dezembro de 2019) e o montante dos prejuízos fiscais e a base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido da Companhia (consolidado) totalizavam aproximadamente R\$ 488.723 (R\$465.369 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia não reconheceu o potencial crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos, em função de não atender todas as premissas para reconhecimento de créditos fiscais diferidos, tais como, histórico de rentabilidade e não se encontrar em fase pré-operacional, conforme requerido pela instrução CVM nº 371/2002.

22. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$212.153 e está representado por 161.335.153 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas como segue:

Acionistas	Quadro acionário Allpark – 31/03/2020 e 31/12/2019		
	Total de ações		
	Subscritas	Integralizadas	% Participação
Fundo de investimento em Participações Maranello - Multiestratégico	76.890.226	76.890.226	47,66%
FIP Brasil de Governança Corporativa	17.869.796	17.869.796	11,08%
TSEMF III Brazil S.a.r.l.	6.044.430	6.044.430	3,75%
TSEMF IV Brazil S.a.r.l	3.488.954	3.488.954	2,16%
Riverside FIP	52.862.418	52.862.418	32,77%
Outros	4.179.329	4.179.329	2,59%
	161.335.153	161.335.153	100,00%

O capital social autorizado da Companhia é de 2.100.000.000 de ações ordinárias, de forma que o capital pode ser aumentado dentro do referido limite, sendo o conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a conseqüente emissão de novas ações.

Em assembleia geral extraordinária realizada em 11 de fevereiro de 2020, foram aprovados a conversão da totalidade das ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias de nossa emissão, na proporção de 1:1,12785198, conforme previsto em nosso estatuto social então vigente, de modo que 6.567.712 (seis milhões, quinhentos e sessenta e sete mil e setecentos e doze) ações preferenciais de nossa emissão, correspondentes à totalidade das ações preferenciais de nossa emissão, foram convertidas em 7.407.407 (sete milhões, quatrocentos e sete mil e quatrocentos e sete) ações ordinárias de nossa emissão, todas nominativas e sem valor nominal, com os mesmos direitos e condições das ações ordinárias de nossa emissão já emitidas.

O desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1:7, de modo que o capital social da Companhia passa a ser representado por 161.335.153 (cento e sessenta e um milhões, trezentos e trinta e cinco mil e cento e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A alteração da quantidade de ações objeto do capital autorizado em decorrência do desdobramento previsto acima, de modo que o capital autorizado da Companhia passa a ser de 2.100.000.000 ações ordinárias, sendo o conselho de administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Bônus de subscrição

Em 12 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a emissão de 462.017 bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição conferirá a seu titular o direito de subscrever ações ordinárias de emissão da Companhia em quantidade a ser determinada pela aplicação da fórmula constante da ata, e, em qualquer caso, limitado a 10 ações ordinárias de emissão da Companhia. O preço de emissão das ações a serem subscritas em decorrência do exercício dos bônus de subscrição é de R\$100,00 pela totalidade das 4.620.170 ações ordinárias que podem ser subscritas em razão do exercício da totalidade dos bônus de subscrição, devendo o exercício de bônus de subscrição resultar no pagamento proporcional à quantidade de ações ordinárias efetivamente subscritas em razão de seu exercício. Os direitos conferidos pelos bônus de subscrição poderão ser exercidos no período de cinco dias úteis após a liquidação física e financeira da oferta pública inicial de ações da Companhia aprovada na AGE de 11 de fevereiro de 2020 (Oferta). Os direitos conferidos pelos bônus de subscrição somente poderão ser exercidos caso a liquidação física e financeira da Oferta ocorra até 10 de agosto de 2020, sendo certo que, caso a liquidação física e financeira da Oferta não ocorra até tal data, os titulares dos bônus de subscrição decaem do direito de subscrever ações da Companhia em razão dos bônus de subscrição. Os direitos conferidos pelos bônus de subscrição estão sujeitos à condição resolutiva de que o preço por ação obtido como resultado do procedimento de coletas de intenções de investimentos realizado e organizado pelos coordenadores da Oferta (Preço por Ação) seja igual ou maior que o montante de R\$10,32 acrescido de quantia igual (a) à variação do IPCA calculada a partir de 30 de setembro de 2018 até a data de registro da Companhia como emissor de valores mobiliários categoria A na CVM (sendo que, caso o IPCA para o mês da data de tal registro ainda não tenha sido divulgado, o índice do mês imediatamente anterior deverá ser utilizado e calculado pro rata para suprir o índice ainda não divulgado); mais (b) 4% ao ano, considerando eventuais desdobramentos de ações e outros eventos societários significativos, em ambos os casos, calculados pro rata die, até a definição do Preço por Ação. No caso de realização da condição resolutiva acima descrita, ficam extintos os bônus de subscrição e todos os direitos por eles conferidos.

Em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração homologou a emissão do bônus de subscrição subscritos e integralizados de 458.810 bônus de subscrição ao preço de exercício total de R\$99,31 equivalente a 3.835.953 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente, portanto, à quantidade de subscrição mínima prevista na Reunião de Conselho de Administração de 12 de fevereiro de 2020, também foi aprovado o cancelamento de 3.027 bônus de subscrição, correspondentes à sobras do bônus de subscrição não-subscritos e com relação aos quais, durante o prazo de exercício do direito de preferência, não houve solicitação de pedido de subscrição de sobras nos respectivos boletins de subscrição.

Reserva de capital

Referem-se a contrapartida das despesas do plano de opção de compra de ações conforme Nota 32, reserva de ágio e reserva de capital para investimentos futuros.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo em montante correspondente a 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente do lucro líquido, após as disposições legais e a destinação prevista de dividendos, será destinado para a reserva de capital, que não excederá a 100% do capital social da Companhia. Após o saldo da reserva especial de lucros atingir o seu limite, a destinação do resultado remanescente será determinada pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia não distribuiu dividendos no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019, exceto quanto a controlada Cinelândia que distribuiu dividendos para os minoritários no montante de R\$218 no período de três meses findo em 31 de março de 2019.

23. Receita líquida dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Receita:				
Exploração de estacionamentos	196.892	213.371	247.732	264.678
Prestação de serviços de administração	7.558	6.591	8.749	7.695
Exploração de Zona Azul	-	-	14.560	12.751
Aluguel de espaços	2.628	1.850	3.027	2.118
Receita como agente	218	71	218	71
Receitas com prestação de serviços de eventos	2.149	2.429	2.254	2.634
Outras receitas com prestação de serviços	3.369	1.542	5.141	1.622
	212.814	225.854	281.681	291.569
Deduções:				
PIS - 0,65% e 1,65%	(3.309)	(3.544)	(4.373)	(4.596)
COFINS - 3,00% e 7,65%	(15.223)	(16.244)	(20.122)	(21.092)
ISS - 2% a 5%	(10.083)	(10.874)	(13.181)	(13.739)
Outras deduções	(409)	(105)	(624)	(148)
	183.790	195.087	243.381	251.994

24. Custos dos serviços prestados e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
		(reapresentado)		(reapresentado)
Folha de pagamento e encargos	(68.115)	(72.147)	(83.035)	(85.513)
Aluguéis	(43.039)	(50.640)	(50.415)	(61.856)
Serviços de pessoas físicas	(47)	(59)	(66)	(81)
Serviços de pessoas jurídicas	(8.034)	(6.573)	(10.244)	(8.858)
Gerais	(6.824)	(6.602)	(10.375)	(10.473)
Utilidades	(3.060)	(2.924)	(4.279)	(3.902)
Manutenção	(3.550)	(3.473)	(4.506)	(4.360)
Seguros	(1.280)	(1.252)	(1.703)	(1.592)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	31	-	31
Depreciação	(4.977)	(3.651)	(8.221)	(6.572)
Depreciação – direito de uso – administrativas (i)	(321)	(285)	(449)	(413)
Depreciação – direito de uso – operações (ii)	(17.213)	(14.588)	(28.484)	(23.654)
Outros custos e despesas	(2.128)	(1.536)	(3.192)	(2.077)
Total	(158.588)	(163.699)	(204.969)	(209.320)
Custos dos serviços prestados	(136.780)	(137.667)	(179.381)	(179.600)
Despesas gerais e administrativas	(21.778)	(26.562)	(25.564)	(30.254)
Outras receitas(despesas) operacionais, líquidas	(30)	530	(24)	534
Total	(158.588)	(163.699)	(204.969)	(209.320)

- (i) A depreciação – direito de uso – administrativas está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento nos montantes de R\$31 no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e R\$27 no período de três meses findo em 31 de março de 2019 na controladora, e R\$43 no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e R\$36 no período de três meses findo em 31 de março de 2019 no consolidado.
- (ii) A depreciação – direito de uso – operações está líquida do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento nos montantes de R\$1.536 no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e R\$1.469 no período de três meses findo em 31 de março de 2019 na controladora e, R\$2.659 no período de três meses findo em 31 de março de 2020 e R\$2.342 no período de três meses findo em 31 de março de 2019 no consolidado.

25. Resultado financeiro

Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
Juros sobre aplicações financeiras	400	127	733	276
Descontos obtidos	207	22	314	135
Juros ativos	176	96	187	113
Variação monetária	367	1.113	419	1.125
Variação cambial	5.044	-	5.044	-
Ajuste a valor justo do "Swap"	9.725	1.551	9.725	1.551
	15.919	2.909	16.422	3.200

Despesas financeiras

Controladora

Consolidado

	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019
		(reapresentado)		(reapresentado)
Juros	(6.826)	(6.913)	(7.527)	(7.754)
Juros sobre obrigação com poder concedente	-	-	(2.717)	(2.304)
IOF	(59)	(217)	(76)	(250)
Comissões	(353)	(639)	(414)	(703)
Juros sobre arrendamento (i)	(16.856)	(15.816)	(32.740)	(28.815)
Variação cambial	(12.391)	(2.658)	(12.391)	(2.658)
Tarifas bancárias	(238)	(259)	(285)	(310)
Outras despesas financeiras	(137)	(1)	(157)	(43)
	(36.860)	(26.503)	(56.307)	(42.837)

(iii) Juros sobre arrendamento estão líquidos do crédito de PIS e COFINS sobre arrendamento nos montantes de R\$1.286 em 31 de março de 2020 e R\$1.249 em 31 de março de 2019 na controladora e, R\$2.461 em 31 de março de 2020 e R\$ 2.126 em 31 de março de 2019 no consolidado.

26. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado através da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação, já considerando os efeitos de conversão e desdobramento de ações (reapresentado) vide nota explicativa 22) e bônus de subscrição, conforme Nota 32:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2020	31/03/2019
	(Reapresentado)	
Numerador básico		
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	(25.326)	(16.912)
Denominador básico		
Média ponderada do número de ações ordinárias	161.335.153	161.335.153
Opções de ações (Nota 32) - em milhares	4.580.849	4.580.849
Bônus de subscrição (Nota 22) – em milhares	3.835.953	3.835.953
Média ponderada diluída do número de ações	161.335.153	161.335.153
Resultado básico e diluído por ação	(0,1570)	(0,1048)

Em 31 de março de 2020 e 2019, a Companhia apresentou efeito antidilutivo relacionado a: (i) opções dos programas de remuneração baseada em ações, com efeito de R\$0,0043 em 2020 e R\$0,0029 em 2019 e ii) bônus de subscrição, com efeito de R\$0,0036 em 2020 e R\$0,0024 em 2019.

27. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.



Um segmento operacional é definido como um componente de uma Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem de contribuição, e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos.

Não há transações entre os segmentos, e a Companhia não aloca, despesas administrativas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Os segmentos são reportados internamente como: alugadas e administradas (*Leased and Managed Locations*), operações próprias (*Owned Locations*), concessões públicas (*Concessions – On e Off-Street*), contratos privados de longo prazo (*Long-term Contracts*) e outros (*Others*). Vale ressaltar que esse modelo sofre alterações ao longo do tempo, dependendo de como a administração vê os negócios e no caso de uma mudança metodológica, os períodos anteriores serão reclassificados para fins de comparabilidade. A Companhia não avalia o desempenho dos segmentos considerando os saldos de ativos e passivos, bem como de regiões geográficas.

- Alugadas e administradas (*Leased and Managed Locations*): engloba contratos firmados com a iniciativa privada onde há operações das áreas de estacionamento nos mais diversos segmentos, como: edifícios comerciais, shoppings, hospitais, instituições de ensino, bancos e terrenos. Os contratos podem ser de locação (aluguel fixo, variável ou combinação de ambos) e administração (taxa fixa ou variável).
- Operações próprias (*Owned Locations*): consistem em contratos de aquisição de ativos imobiliários (garagens ou vagas de estacionamentos) como unidade autônoma do empreendimento em que se situa.
- Concessões públicas *Off-Street*: engloba contratos com a Administração Pública, conquistados através de processos licitatório e podem ter perfil de infraestrutura, demandando volumes expressivos de investimentos. São contratos que se situam fora das vias públicas, incluindo principalmente, aeroportos e garagens subterrâneas.
- Concessões públicas *On-Street*: são contratos de gestão de estacionamentos rotativos em vias públicas firmados com as prefeituras municipais que concedem o direito de exploração por um período de 5 ou 10 anos (renováveis por período igual). A contrapartida inclui investimentos em parquímetros, infraestrutura, sinalização e outorgas iniciais nos municípios de Americana, Araraquara, Belo Horizonte, Itajaí, Itatiba, Jacareí, Jaraguá do Sul, Juiz de Fora, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Pindamonhangaba, Piracicaba, Rio Claro, Santa Bárbara d'Oeste, Santo André, São Carlos, São João da Boa Vista, São Bernardo, São Paulo, Taubaté e Vila Velha.
- Contratos privados de longo prazo (*Long-term Contracts*): engloba contratos firmados com a iniciativa privada e que demandam investimentos em infraestrutura e/ou uma outorga inicial. Destacam-se operações de estacionamento nos segmentos de: edifícios comerciais, aeroportos, instituições de ensino, dentre outros.
- Outros (*Others*): consiste em receitas acessórias que não são especificamente identificáveis para um segmento operacional, tais como operação da investida na Loop, receitas de franquias e operações específicas consideradas como extraordinárias.

Em 31 de março de 2020 e 2019, as informações por segmento operacional estão assim apresentadas:

		Consolidado																
		Alugadas e Administradas		Contratos de longo prazo		Operações próprias		Concessões - Off-street		Concessões - On-street		Outros		Não alocado		Total		
Nota		31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	31/03/2020	31/03/2019	
			(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)		(reapresentado)	
	Receita líquida dos serviços prestados	23	115.049	117.687	77.799	86.341	8.144	7.542	29.642	29.172	12.547	11.252	200	-	-	-	243.381	251.994
	Lucro bruto (c)		21.436	25.929	46.862	51.134	3.945	3.520	26.628	19.915	2.224	2.916	60	-	-	-	101.155	103.414
	Despesas gerais e administrativas (a)	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.564)	(30.254)	(25.564)	(30.254)	
	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24)	534	-	-	(24)	534	
	Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	-	-	66	88	90	213	-	-	(1.312)	(818)	-	-	(1.156)	(517)
	Resultado antes da depreciação e amortização		21.436	25.929	46.862	51.134	4.011	3.608	26.718	20.128	2.224	2.916	(1.276)	(284)	(25.564)	(30.254)	74.411	73.177
	Depreciação (custos dos serviços prestados)		(8.124)	(6.824)	(14.048)	(12.431)	(538)	(528)	(12.395)	(10.389)	(985)	(848)	(222)	-	(843)	-	(37.155)	(31.020)
	Amortização de intangíveis		(4.857)	(4.182)	(9.484)	(8.245)	(65)	(57)	(4.920)	(3.859)	(768)	(265)	(357)	-	(1.984)	(1.621)	(22.435)	(18.229)
	Resultado antes do resultado financeiro		8.455	14.923	23.330	30.458	3.408	3.023	9.403	5.880	471	1.803	(1.855)	(284)	(28.391)	(32.875)	14.821	23.928
	Receitas financeiras (a)	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.422	3.200	16.422	3.200	
	Despesas financeiras (a)	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.307)	(42.837)	(56.307)	(42.837)	
	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		8.455	14.923	23.330	30.458	3.408	3.023	9.403	5.880	471	1.803	(1.855)	(284)	(68.276)	(71.512)	(25.064)	(15.709)
	Imposto de renda e contribuição social corrente (b)	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(462)	(1.083)	(462)	(1.083)	
	Lucro (prejuízo) do período		8.455	14.923	23.330	30.458	3.408	3.023	9.403	5.880	471	1.803	(1.855)	(284)	(68.738)	(72.595)	(25.526)	(16.792)

- (a) A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócios, para tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base na receita e na margem de contribuição. As despesas administrativas, os resultados financeiros da Companhia e os impostos sobre o lucro são administrados sob o âmbito da Companhia, não são alocados aos segmentos operacionais.
- (b) A alocação do imposto de renda e contribuição social corrente somente para empresas que possuem apenas um segmento.
- (c) Lucro bruto dos segmentos reconcilia com a demonstração do resultado dos exercícios reduzindo a linha de depreciação dos custos dos serviços prestados.

Outras informações relevantes

Notas	Consolidado															
	Alugadas e Administradas		Contratos de longo prazo		Operações próprias		Concessões Off-street		Concessões On-street		Outros		Não alocado		Total	
	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Imobilizado																
Custo de aquisição	180.776	176.366	77.380	74.811	99.233	98.315	137.326	136.325	43.615	42.532	4.664	4.283	26.675	26.452	569.669	559.084
Depreciação	(109.702)	(106.752)	(42.482)	(41.164)	(27.537)	(27.034)	(56.817)	(54.934)	(25.327)	(24.403)	(3.553)	(3.399)	(15.906)	(15.512)	(281.324)	(273.198)
10	71.074	69.614	34.898	33.647	71.696	71.281	80.509	81.391	18.288	18.129	1.111	884	10.769	10.940	288.345	285.886
Intangível																
Ágio	103.528	103.528	1.663	1.663	-	-	10.260	10.260	828	828	2.185	2.185	-	-	118.464	118.464
Demais intangíveis:																
Custo de aquisição	165.711	161.371	511.806	510.665	3.193	3.178	348.467	343.287	31.909	31.804	11.831	12.275	62.232	57.425	1.135.149	1.120.005
Amortização	(95.973)	(91.234)	(138.158)	(128.673)	(790)	(724)	(72.917)	(67.715)	(6.919)	(6.151)	(6.626)	(6.270)	(36.793)	(34.812)	(358.176)	(335.579)
11	173.266	173.665	375.311	383.655	2.403	2.454	285.810	285.832	25.818	26.481	7.390	8.190	25.439	22.613	895.437	902.890
Direito de uso																
Custo de direito de uso	184.234	182.415	638.264	620.210	1.558	1.557	611.950	583.741	2.646	2.158	-	-	23.919	23.920	1.462.571	1.414.001
Depreciação do direito de uso	(127.478)	(122.006)	(260.474)	(246.483)	(1.128)	(1.089)	(161.647)	(150.067)	(1.914)	(1.853)	-	-	(11.707)	(11.213)	(564.348)	(532.711)
9	56.756	60.409	377.790	373.727	430	468	450.303	433.674	732	305	-	-	12.212	12.707	898.223	881.290
Adições																
Capital investido em imobilizado	4.456	21.414	2.573	8.599	919	4843	1.000	5.534	1.084	7.311	366	874	223	2.471,00	10.621	51.046
Capital investido em intangível	3.869	31.195	1.140	78.067	16	822	5.179	40.786	105	23.626	161	2359	4.807	13.129,00	15.277	189.984
Total do capital investido	8.325	52.609	3.713	86.666	935	5.665	6.179	46.320	1.189	30.937	527	3.233	5.030	15.600	25.898	241.030



28. Instrumentos financeiros e políticas para gestão de risco financeiro

Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de março de 2020 são principalmente os seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são compostos basicamente por operações em CDB (Certificado de Depósito Bancário), Títulos de Capitalização (Poupança) e Fundos de Investimento, os quais são atualizadas por percentuais da variação do CDI.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos às taxas descritas na Nota 12.

Debêntures

As debêntures estão sujeitas à variação do CDI (100%), acrescidas de um percentual médio de 1,9% ao ano, conforme divulgado na Nota 12.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos sujeitos às taxas descritas na Nota 13.

Contas a pagar por aquisição de investimentos

As contas a pagar por aquisição de investimentos estão indexadas ao IPCA, sendo atualizadas no decorrer do exercício, conforme divulgado na Nota 16.

Risco de crédito

A operação básica da Companhia é a prestação de serviços que são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito e débitos existentes no mercado. A Companhia considera que o risco de crédito é baixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: (i) risco de taxa de juros e (ii) risco cambial. As obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis deixam a Companhia exposta ao risco de mudança nas taxas de juros de mercado. Essas obrigações e seus indexadores estão descritos no quadro abaixo:

	Nota	Indexador	Controladora		Consolidado	
			31/03/2020	31/12/2019	31/03/2020	31/12/2019
Ativos financeiros:						
Certificado de depósito bancário	4	CDI	42.081	63.956	78.690	105.714
Fundo de investimento aberto	4	CDI	-	-	-	1.548
Instrumentos financeiros derivativos	13	CDI	11.386	1.660	11.386	1.660
			53.467	65.616	90.076	108.922
Passivos financeiros:						
Capital de giro	12	CDI	50.159	51.047	74.163	75.647
Capital de giro - Swap	12	Dólar (i)	62.534	53.908	62.533	53.908
Debêntures	12	CDI	353.960	348.459	353.960	348.459
Passivo de arrendamento	14	INPC	559.372	554.040	1.096.323	1.071.148
Obrigações com o poder concedente	15	IPCA	-	-	123.523	119.133
Contas a pagar por aquisição de investimento	16	IPCA/IGP-M	5.012	4.895	5.012	4.895
			1.031.037	1.012.349	1.715.514	1.673.190

(i) Apesar do empréstimo ser denominado em dólares norte-americanos, a Companhia contratou um *swap* para converter a dívida em CDI. Vide nota 12.



Risco de câmbio

O risco de câmbio e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variação nas taxas de câmbio. A Exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio refere-se principalmente a empréstimo de capital de giro. A Companhia mantém contrato de swap para converter a dívida em CDI.

Risco de liquidez

A Administração da Companhia acompanha continuamente as necessidades de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

Devido a dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, o objetivo da tesouraria é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de capital de giro.

Além disso, a tesouraria monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas.

A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais passivos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de março de 2020	Controladora				Consolidado					
	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	466.653	154.428	316.668	-	471.096	490.656	157.284	331.467	7.458	496.209
Fornecedores	30.668	29.501	1.166	-	30.667	43.218	41.908	1.310	-	43.218
Passivo de arrendamento	559.372	134.245	581.794	144.831	860.870	1.096.323	239.892	1.053.326	651.879	1.945.097
Contas a pagar por aquisição de investimentos	5.012	2.000	3.012	-	5.012	5.012	2.000	3.012	-	5.012
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	123.523	20.524	76.791	149.731	247.046
	1.061.705	320.174	902.640	144.831	1.367.645	1.758.732	461.608	1.465.906	809.068	2.736.582

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora				Consolidado					
	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total	Saldo contábil	1 a 12 meses	1 a 5 anos	> de 5 anos	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	453.414	117.431	340.619	-	458.050	478.014	115.953	356.413	8.322	480.688
Fornecedores	57.159	55.992	1.166	-	57.158	77.098	75.788	1.310	-	77.098
Passivo de arrendamento	554.040	127.962	567.242	147.009	842.213	1.071.148	226.897	1.009.447	635.113	1.871.457
Contas a pagar por aquisição de investimentos	4.895	2.000	2.895	-	4.895	4.895	2.000	2.895	-	4.895
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	-	-	119.133	25.037	119.859	150.190	295.086
	1.069.508	303.385	911.922	147.009	1.362.316	1.750.288	445.675	1.489.924	793.625	2.729.224

Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil (circulante e não circulante) subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Não houve alterações nos objetivos, políticas e processos de gestão de capital no decorrer dos períodos apresentados.

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada na tabela abaixo.

Para o cenário provável segundo avaliação efetuada pela Administração foi considerado um horizonte de um ano. Adicionalmente dois outros cenários (A) e (B) são demonstrados. A Companhia assume um aumento de 25% (cenário A) e de 50% (cenário B - cenário de situação extrema) na projeção de mercado para a taxa do CDI do cenário provável.



Controladora	Nota	Indexador	31/03/2020	Provável	Projeções de mercado	
					Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	12	CDI	50.160	52.889	53.571	54.253
Empréstimos e financiamentos - Swap	12	Dólar (i)	62.533	65.935	66.785	67.636
Debêntures	12	CDI	353.960	373.215	378.029	382.843
Contas a pagar por aquisição de investimentos	16	IPCA	5.012	5.177	5.219	5.260
			471.665	497.216	503.604	509.992
Certificado de Depósito Bancário	4	CDI	42.081	44.370	44.943	45.515
Fundo de Investimento	4	CDI	-	-	-	-
			42.081	44.370	44.943	45.515
Exposição líquida total			429.584	452.846	458.661	464.477
Perda				(23.262)	(29.077)	(34.893)

Consolidado	Nota	Indexador	31/03/2020	Provável	Projeções de mercado	
					Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos	12	CDI	74.163	78.197	79.206	80.215
Empréstimos e financiamentos - Swap	12	Dólar (i)	62.533	65.935	66.785	67.636
Debêntures	12	CDI	353.960	373.215	378.029	382.843
Contas a pagar por aquisição de investimentos	16	IPCA	5.012	5.178	5.219	5.260
			495.668	522.525	529.239	535.954
Certificado de Depósito Bancário	4	CDI	78.690	82.971	84.041	85.111
Fundo de Investimento	4	CDI	-	-	-	-
			78.690	82.971	84.041	85.111
Exposição líquida total			416.978	439.554	445.198	450.843
Perda				(22.576)	(28.220)	(33.865)

(i) Apesar do empréstimo ser denominado em dólares norte-americanos, a Companhia contratou um *swap* para converter a dívida em CDI. Vide Nota 12.

O efeito líquido total dos cenários acima mencionados é basicamente devido à exposição da Companhia ao CDI e IPCA.

As taxas de CDI utilizadas nos cenários Provável, (A) e (B) foram, respectivamente 5,44%, 6,80% e 8,16% a.a. As taxas de IPCA utilizadas nos cenários Provável, (A) e (B) foram, respectivamente 3,30%, 4,13% e 4,95% a.a. A projeção da taxa CDI e IPCA foi extraída do *site* do Tesouro Nacional do Brasil e do *site* do IBGE.

29. Valor justo

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros

Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

A Companhia aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);



- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis) (Nível 3).

Os seguintes quadros demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos consolidados da Companhia.

							31/03/2020
Consolidado	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos com valor justo divulgado							
Propriedade para investimento (c)	7	14.053	42.078	-	-	42.078	
Ativos mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	4	89.397	89.397	-	89.397	-	
Contas a receber de clientes	5	45.260	45.260	-	45.260	-	
Instrumentos financeiros derivativos (b)	13	11.386	11.386	-	11.386	-	
Passivos mensurados ao valor justo							
Empréstimos, financiamentos e debentures (a)	12	490.656	490.656	-	490.656	-	
Fornecedores		43.218	43.218	-	43.218	-	
Contas a pagar por aquisição de investimentos	16	5.012	5.012	-	5.012	-	

							31/12/2019
Consolidado	Nota	Saldo contábil	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos com valor justo divulgado							
Propriedade para investimento (c)	7	14.137	42.078	-	-	42.078	
Ativos mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	4	120.196	120.196	-	120.196	-	
Contas a receber de clientes	5	58.053	58.053	-	58.053	-	
Instrumentos financeiros derivativos (b)	13	1.660	1.660	-	1.660	-	
Passivos mensurados ao valor justo							
Empréstimos, financiamentos e debentures (a)	12	478.014	478.014	-	478.014	-	
Fornecedores		77.098	77.098	-	77.098	-	
Contas a pagar por aquisição de investimentos	16	4.895	4.895	-	4.895	-	

(a) O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debentures apresentados nas informações contábeis intermediárias, aproximasse do valor justo uma vez que, as taxas destes instrumentos são valores de mercado e não há intenção de liquidação antecipada. As debentures são privadas.

(b) As operações com derivativos negociadas em balcão são mensuradas ao Nível 2, conforme apresentado acima.

(c) As propriedades para investimento são registradas contabilmente pelo valor de custo. Caso fossem registradas pelo seu valor justo, seriam classificadas como nível 3. Maiores informações sobre as premissas utilizadas no cálculo e análise de sensibilidade estão demonstradas na Nota 7.

Consideramos que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, passivo de arrendamento e contas a pagar por aquisição de investimentos pelo valor contábil, menos *impairment*, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2020 não houve transferências entre avaliações de valor



justo Nível 1 e Nível 2 nem transferência entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

30. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros encontram-se demonstradas a seguir:

Tipo de cobertura	Cobertura
Responsabilidade civil e D&O	25.000
Seguros de veículos	4.700
Seguro empresarial e incêndio nas instalações	25.837
Seguros contra acidentes nas garagens	120.615
Seguros contra roubo de valores nas garagens	500
Total	<u>176.652</u>

A Companhia mantém seus seguros nas coberturas contratadas consideradas suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos inerentes à operação e de seus ativos e/ou responsabilidades.

Em sua principal apólice, a Companhia cobre todos os pontos operacionais, isto inclui: as filiais, empresas ligadas e afiliadas.

Atualmente, é mantido internamente um departamento de sinistros gerenciando as necessidades da Companhia para contratação e efetivo acionamento das franquias junto às seguradoras.

Em 31 de março de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia contratou a seguradora Tokio Marine Seguros para cobertura de suas atividades operacionais, os demais seguros são efetuados em seguradoras de primeira linha, levando em consideração o valor de prêmio, riscos e política de sinistros.

31. Transações não caixa

Durante 31 de março de 2020 e 31 de março de 2019, a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Remensurações e adições relacionados ao CPC 06 (R1) - IFRS16 conforme Notas 9 e 14.
- Remuneração baseada em ações conforme Nota 32.
- Remensuração da obrigação com poder concedente no montante de R\$5.102, conforme Nota 11 e Nota 15.
- Adição de fundo de comércio no intangível relativos a novas localidades, sendo R\$5.368 em 31 de março de 2020 e R\$9.467 em 31 de março de 2019 na controladora, e (R\$651) em 31 de março de 2020 e R\$9.089 em 31 de março de 2019 no consolidado.



32. Remuneração baseada em ações

Os dados sobre o volume e valores das opções abaixo, estão demonstrados considerando o efeito do desdobramento de ações aprovado em 11 de fevereiro de 2020, conforme Nota 22.

Plano 2011

Em 30 de agosto de 2011, durante Assembleia Geral da Companhia foi aprovada a criação de um plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 2011").

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 03 de julho de 2013, aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações ("Plano 2011"), por meio do qual outorgou ao beneficiário uma opção de compra de ações a serem emitidas ou vendidas pela Companhia.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as premissas: (i) preço da ação, (ii) preço de exercício da opção; (iii) taxa de juro livre de risco; (iv) volatilidade esperada do preço da ação; e (v) prazo até a expiração da opção, detalhadas no quadro a seguir. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.

As informações do programa de opções de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Plano 2011 – 2º programa

	Lote
	06/03/2013
Data de vesting	06/03/2013
Preço de exercício	2,33
Strike price (estimado) na data do balanço	4,39
Taxa de juros, isenta de riscos %	8%
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	941
Rendimento esperado do dividendo	0%
Volatilidade das ações no mercado	24%
Quantidade total de opções em aberto	695.849
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-
Quantidade de opções exercidas	-
Quantidade de opções a exercer	695.849
Valor justo estimado (R\$/ação)	2,66

A expectativa de vida média remanescente da série possui o prazo máximo de exercício de até 540 dias após a data que o mesmo deixar de exercer o cargo de administrador da Allpark e/ou sociedades controladas pela Companhia. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.

Plano 2019

Em 02 de janeiro de 2019, por meio de Assembleia Geral, foi aprovada a criação de um plano de opção de compra de ações de emissão da Companhia ("Plano 2019 – 1º programa").

Em 04 de março de 2019, por meio de Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações ("Plano 2019 – 2º programa"), por meio do qual outorgou ao Optante uma opção onerosa de compra de ações a serem emitidas ou vendidas pela Companhia.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo Black & Scholes de precificação de opções, considerando as premissas: (i) preço da ação, (ii) preço de exercício da opção; (iii) taxa de juro livre de risco; (iv) volatilidade esperada do preço da ação; e (v) prazo até a expiração da opção, detalhadas no quadro a seguir. As opções quando exercidas serão convertidas em ações.



As informações do programa de opções de ações e premissas utilizadas para valorização são como segue:

Plano 2019 – 1º programa

	Primeiro Lote	Segundo Lote	Terceiro Lote	Quarto Lote
Data de emissão	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019	04/01/2019
Data de <i>vesting</i>	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020
Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92
Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,3%
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%
Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%
Quantidade total de opções em aberto	1.437.975	675.675	675.675	675.675
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	42.000	-	-	-
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	1.395.795	675.675	675.675	675.675
Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96

Plano 2019 – 2º programa

	Primeiro Lote	Segundo Lote	Terceiro Lote	Quarto Lote	Quinto Lote
Data de emissão	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019	04/03/2019
Data de <i>vesting</i>	31/03/2019	01/10/2019	01/04/2020	01/10/2020	01/04/2021
Preço de exercício	10,68	10,90	11,12	11,34	11,56
<i>Strike price</i> (estimado) na data do balanço	12,92	12,92	12,92	12,92	12,92
Taxa de juros, isenta de riscos %	7,4%	8,2%	8,2%	8,3%	8,3%
Tempo contratual de exercício por lote (dias)	214	397	580	762	945
Rendimento esperado do dividendo	0%	0%	0%	0%	0%
Volatilidade das ações no mercado	31%	27,9%	27,5%	27,5%	27,5%
Quantidade total de opções em aberto	92.400	81.900	81.900	81.900	81.900
Quantidade total de opções perdidas/expiradas	-	-	-	-	-
Quantidade de opções exercidas	-	-	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	92.400	81.900	81.900	81.900	81.900
Valor justo estimado (R\$/ação)	3,61	4,10	4,54	4,96	5,34

Os participantes adquiriram o direito de exercer o primeiro e segundo lotes de suas opções a partir de 31 de março de 2019 e a partir de 1º de outubro de 2019 (“*Vesting* inicial”), respectivamente. Os demais lotes serão exercíveis em 1º de abril de 2020, 1º de outubro de 2020, 1º de abril de 2021, sendo certo que para fins dessa participação será considerado “Período de *Vesting*”, em relação a cada lote, o transcurso integral dos períodos.

Em 30 de setembro de 2019, os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do primeiro lote no montante de R\$763, apresentado nas atividades de financiamento no fluxo de caixa. Em 31 de março de 2020, os beneficiários do plano exerceram a opção de compra referente o direito de aquisição do segundo lote no montante de R\$379, apresentado nas atividades de financiamento no fluxo de caixa.

Em 31 de março de 2020 a despesa relacionada ao plano de ações foi de R\$1.297 (R\$7.544 em 31 de março de 2019), conforme divulgado na Nota 19.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto é de 913 dias em 31 de março de 2020.

Com relação aos impactos do Covid-19, a Administração avaliou e concluiu que as oscilações futuras no preço da ação e do indexador do CDI, não afetaram a metodologia de cálculo do valor justo das opções outorgadas de compra de ações, pois a precificação do valor justo das opções foi anterior aos impactos do Covid-19.



33. Eventos subsequentes

33.1. Impactos e medidas em resposta ao impacto do COVID-19

Até 31 de maio de 2020, das nossas 631 operações de off-street (fora de vias e logradouros públicos), 113 encontram-se totalmente fechadas, 94 em funcionamento parcial e 424 abertas, mas praticamente todas as operações com queda substancial de receita diante da queda significativa do volume de veículos nos nossos estacionamentos.

No que se refere aos estacionamentos on-street (em vias e logradouros públicos), até 31 de maio de 2020 das nossas 23 operações, 13 estão suspensas e 10 operando normalmente, sendo estas últimas com queda substancial de receita diante da redução significativa do volume de veículos em circulação.

Monitoramos diariamente o faturamento de nossas operações, sendo possível visualizar o impacto ocorrido em nossas atividades após o efeito da COVID-19. No mês de maio de 2020 em comparação com o mês de maio de 2019, tivemos uma queda de aproximadamente 73% em nosso faturamento.

Em relação às nossas receitas brutas com mensalistas, tivemos uma queda de 52% no mês de maio de 2020 quando comparado com o mês de maio de 2019, em decorrência da gravidade dos impactos da disseminação da COVID-19, o que impactou de forma relevante nossas receitas brutas.

A Administração da Companhia após uma avaliação criteriosa de enfrentamento a todos os desafios ocasionados pelo Covid-19, vem adotando algumas medidas respeitando os decretos governamentais locais:

Saúde:

- Comunicados e treinamentos frequentes sobre prevenção, higiene e cuidados com a saúde;
- Plataforma online com vídeos exclusivos de médicos para apoio e orientação aos nossos colaboradores, bem como de suporte de assistente virtual;
- Distribuição de kits de prevenção (álcool gel, máscaras, termômetros sem toques) para as equipes envolvidas nas operações em funcionamento;
- Visitas médicas e da equipe do departamento de medicina e segurança do trabalho para apoio aos colaboradores nas operações em funcionamento;
- Monitoramento de casos suspeitos e confirmados;
- Afastamento do local de trabalho dos colaboradores pertencentes aos grupos de risco;
- Mais de 90% dos colaboradores administrativos trabalhando em regime de *home office*;
- Reuniões entre colaboradores e lideranças realizadas através de plataformas digitais;
- Suspensão de viagens para todos os colaboradores.

Mão de obra:

- Para todos os colaboradores administrativos, redução proporcional de jornada de trabalho e de salários, de 25% até 70%, ou suspensão temporária dos contratos de trabalho pelo período permitido em lei;
- Para mais de 2.000 colaboradores da operação, redução proporcional de jornada de trabalho e de salários, de 25% até 70%, ou suspensão temporária dos contratos de trabalho pelo período permitido em lei;
- Demissão de 26% dos nossos colaboradores, comparado ao efetivo existente em janeiro de 2020;
- Em nossa divisão de *Off-street* (Fora de vias e logradouros públicos), 39% dos colaboradores remanescentes estão trabalhando com redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, ou tiveram a suspensão temporária do contrato de trabalho.
- Em nossa divisão de *on-street* (em vias e logradouros públicos), 98% dos colaboradores remanescentes estão trabalhando com redução proporcional de jornada de trabalho e de salário, ou tiveram a suspensão temporária do contrato de trabalho.
- Adiamento no recolhimento dos depósitos do FGTS dos colaboradores por 3 (três) meses referentes aos meses de abril, maio e junho, conforme permissão legal;
- Adiamento no pagamento do INSS patronal por 2 (dois) meses referentes aos meses de abril e maio, conforme permissão legal;



- Escalas e programações de trabalho de operações revisadas para adequação diante da demanda (garagens abertas, parcialmente abertas e fechadas).

Renegociações, aluguéis / contraprestações e outros custos e despesas

- Redução de custos e despesas operacionais para adequação diante da demanda reduzida;
- Redução de custos e de despesas administrativas;
- Revisão e negociação em andamento da maioria dos contratos das nossas operações em função da queda de volume de veículos.
- Abaixo alguns exemplos de nossas iniciativas referentes ao aluguel/contraprestação de nossas operações:

Concessões off-street (fora de vias e logradouros públicos) – Aeroportos:

- Temos 8 operações que representaram aproximadamente 30% do EBITDA de aeroportos em 2019 que estamos adotando iniciativas de negociação para reduzir o valor e/ou visitar a metodologia de cálculo do aluguel/contraprestação;
- Em outras 4 operações (aproximadamente 70% do EBITDA de aeroportos de 2019), temos contratos que possuem mecanismos de *downside protection*, que já garantem a nossa proteção em cenários de redução do volume de receita.

Concessões off-street (fora de vias e logradouros públicos) – Excluindo Aeroportos, Zona Azul, Franchise:

- Uma parte de nossos contratos possui aluguel/contraprestação fixa ou em percentual da receita mas com uma garantia mínima de aluguel/contraprestação. Sobre essa base de contratos, já conseguimos renegociar 67% dos contratos para reduzir o pagamento de aluguel/contraprestação (o que representa aproximadamente 30% da base total de nossos contratos)

Concessões on-street (em vias e logradouros públicos):

- Os contratos *on-street* (em vias e logradouros públicos) possuem uma proteção natural ao investimento realizado, pois o prazo do contrato poderá ser estendido em caso de suspensão temporária da operação. Adicionalmente, os valores de outorga/contraprestação mensal são baseados em percentual da receita. Dado que as operações estão suspensas ou com movimentação reduzida, o pagamento mensal tende a ser negociado considerando tais condições excepcionais.

Preservação de caixa:

- Redução nos gastos com Capex de manutenção, TI e outros, ligados as nossas operações e administração;
- Redução e prorrogação nos gastos com Capex de aquisição de novas operações;
- Renegociação em andamento para postergação de parcelas, amortizações e juros de dívidas;
- Negociação constante com diversos bancos comerciais, com linhas já aprovadas e em fase de aprovação e/ou definição de termos comerciais;
- Saque de nova linha de crédito de R\$29.200 junto ao Banco Santander para fortalecimento de caixa, com taxas de juros 4,32% a.a. e vencimentos mensais até 2021;
- Busca de novas receitas de curto prazo com o segmento de locadoras de veículos, empresas de logística e varejo.

33.2. Oferta Pública de Ações

Em 15 de maio de 200, a Companhia realizou a sua oferta pública de ações (IPO) com a emissão de 28.600.000 novas ações ordinárias. O preço da oferta foi de R\$10,50 por ação ordinária. As ações da Companhia são listadas no segmento Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ALPK3.

A captação bruta da Oferta Pública de Ações totalizou R\$300.300. Os custos com bancos, advogados, consultores, entre outros totalizam inicialmente R\$13.060, sendo esses redutores da conta de “Reserva de capital” conforme CPC 08 – Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários. Os recursos captados foram efetivamente aportados em 18 de maio de 2020 e serão destinados a *Concessão da Zona Azul de São Paulo*.



Após a oferta pública de ações a composição acionária da Companhia ficou representada da seguinte forma:

Composição Acionária	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Fundo de investimento em Participações Maranello – Multiestratégico	76.890.226	47,66%	76.890.226	40,48%
Riverside FIP	52.862.418	32,77%	52.862.418	27,83%
FIP Brasil de Governança Corporativa	17.869.796	11,08%	17.869.796	9,41%
FIP Valbuena			13.170.113	6,90%
TSEMF III Brazil S.a.r.l.	6.044.430	3,75%	6.044.430	3,18%
TSEMF IV Brazil S.a.r.l.	3.488.954	2,16%	3.488.954	1,84%
Outros	4.179.329	2,59%	19.609.216	10,30%
Total	161.335.153	100,00%	189.935.153	100,00%

33.3. Assinatura do contrato Zona Azul de São Paulo

Em 19 de maio de 2020 a Companhia assinou com a Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de concessão, compreendendo a exploração, por particulares, dos serviços de estacionamento rotativo em vias e logradouros públicos, no Município de São Paulo, designadas Zona Azul, em conformidade com o disposto no edital da Concorrência Internacional nº 001/SMT/2019.

O prazo de concessão será de 15 anos, contados a partir da assinatura do contrato, que prevê o pagamento de outorga fixa inicial no valor de R\$595.000 e abrange um total de aproximadamente 44.000 vagas, que será expandido para mais de 52.000 vagas.

33.4. Emissão de ações ordinárias – Bônus de Subscrição

Em 20 de março de 2020, o Conselho de Administração homologou a emissão do bônus de subscrição subscritos e integralizados de 458.810 bônus de subscrição ao preço de exercício total de R\$99,31 equivalente a 3.835.953 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente, portanto, à quantidade de subscrição mínima prevista na Reunião de Conselho de Administração de 12 de fevereiro de 2020. Também foi aprovado o cancelamento de 3.027 bônus de subscrição, correspondentes à sobras do bônus de subscrição não-subscritos e com relação aos quais, durante o prazo de exercício do direito de preferência, não houve solicitação de pedido de subscrição de sobras nos respectivos boletins de subscrição.

Em 29 de maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou a emissão, dentro do limite do capital autorizado, de 3.835.953 ações ordinárias, em razão do exercício dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição detidos por Riverside Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia. Foi aprovada também a homologação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$99,31 (noventa e nove reais e trinta e um centavos), mediante a emissão de 3.835.953 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, em razão do exercício dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição detidos por Riverside Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, passando a um total de 193.771.106 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia.